



**Maurício Castro**

# **Galiza e a diversidade lingüística no mundo**

**Subsídios para um diagnóstico actualizado da situação sociolingüística galega**

**A BRENZE EDITORA**

**COLECÇÃO CONSTRUIRMOS GALIZA**

**4**



*Colecção*

**Construirmos Galiza nº 4**

**Apartado dos correios 760**  
**Compostela (GALIZA)**

*ISBN: 84-930204-3-5*

*Depósito legal:*

© *Maurício Castro de Abrente Editora*

*Permite-se a reprodução citando procedência*

*Tirage: 500 exemplares*

*Primeira edição em papel: Janeiro de 2001*

*Primeira edição digital: Agosto de 2006*

Colecção CONSTRUIRMOS GALIZA Nº 4

## **Galiza e a diversidade lingüística no mundo**

**Subsídios para um  
diagnóstico actualizado da  
situação sociolingüística galega**

**Maurício Castro**



**ABBENDE EDITORA**



*À Antelinha, com esperança no futuro*



# ÍNDICE

## Galiza e a diversidade lingüística no mundo subsídios para um diagnóstico actualizado da situação sociolingüística galega

Prefácio	7
0.- Introduçom	9
0.1.- Sobre língua e identidade	9
0.2.- Consideraçoms teóricas prévias	11
0.2.1.- A teoria das aprendizagens de SÁNCHEZ CARRIÓN	11
0.2.2.- A Comunidade Lingüística	13
0.2.3.- Micro-sociolingüística ou macro-sociolingüística?	14
0.2.4.- Língua minoritária ou língua minorizada?	15
0.2.5.- Bilingüismo	17
0.2.6.- Planificaçom e normalizaçom lingüísticas	19
1.- A realidade das comunidades lingüísticas no mundo: progresso ou pobreza?	20
2.- Espanha e a negaçom da diversidade lingüística das sociedades humanas	24
3.- Para um diagnóstico actualizado da situação sociolingüística galega	27
3.1.- A história explica o presente	27
3.2.- Evoluçom social e língua na Galiza do século XIX	27
3.3.- Século XX na Galiza: avanço ou recuo?	32
3.4.- A língua da Galiza no limiar do século XXI	34
4.- Conclusom: a necessidade de umha nova dinâmica normalizadora	40
5.- Bibliografia de referênciam	43





## Prefácio

No primeiro título desta colecção, o volume publicado em Julho de 2000 sob o título *Para umha Galiza independente*, marcamos-nos como meta superar a falta de corpus teórico independentista. Os textos ali compilados pretendiam ser umha primeira aproximação aos movimentos sociais galegos e à nossa história, que permitissem posteriormente «*poder aprofundar nalgumas das linhas apresentadas nestas páginas, com estudos monográficos que ajudem a perceber e, sobretudo, subverter umha realidade que ameaça a mesma pervivência do povo trabalhador galego, além do seu protagonismo à frente dum projecto nacional próprio*», segundo avançávamos no próprio limiar.

O caderno que agora damos a lume pretende servir a essa vontade. E fai-no num dos âmbitos principais na configuração identitária da nação galega: a expressão da sua diferença, como alguém definiu o valor da língua no sentimento e a consciência nacionais de um povo.

No caso da Galiza, a situação da nossa comunidade lingüística representa na actualidade com grande fidelidade o momento que vive o povo galego. Se apenas umhas décadas atrás o nosso país conservava substancialmente boa parte da base material que a singulariza, na actualidade vivemos umha etapa dramática caracterizada pola perda acelerada de alguns dos ingredientes fundamentais da nossa nacionalidade, incluída a própria capacidade produtiva. E nom é fácil determinar se resulta mais grave a existência desse processo, ou a fraca consciência e a insuficiente resposta do conjunto da população galega ante a entidade do mesmo.

Nem os sectores mais conscientizados acabam de assumir essa evidência, o que juntamente com a desarticulação social e o controlo ideológico imposto polo poder, acaba de gizar um quadro nada prometededor para a sobrevivência do nosso milenário povo.

Este texto tenta desentranhar algumas das chaves que historicamente determinárom a situação presente do galego-português na Galiza, chegando à conclusão de que cumpre actualizar o diagnóstico sociolingüístico em função dos estudos mais recentes e das evidências que deitam sobre o estado actual da comunidade lingüística galega.

Para além da documentada análise da evolução sociolingüística na Galiza do último século, o autor propom algumas das chaves que julga devem guiar umha resposta colectiva que ponha os meios para um verdadeiro processo de recuperação lingüística, partindo de umha tese fundamental: é à própria sociedade galega que corresponde impulsionar umha normalização lingüística que seja digna de tal nome. Nem as instituições actuais, nem outras nascidas de umha dita releitura constitucional poderiam, mesmo que quisessem, substituir o protagonismo de umha comunidade consciente e articulada que aposta pola sua construção.

Eis a transcendência do repto que todos e todas afrontamos no presente, e cujo sucesso ou fracasso marcará nas próximas décadas de jeito determinante que a Galiza seja engolida pola uniformização capitalista ou poda compor, com o resto de povos do mundo, o grande e diverso mosaico das nações e as pessoas livres.



## 0.- Introduçom

### 0.1.- Sobre língua e identidade

A força de ser repetido nos textos teóricos do nacionalismo galego desde os seus inícios, a afirmaçom tem perdido parte do seu poder conotativo, deixando de transmitir o conteúdo semântico para degenerar em mero recurso retórico. Contudo, e ainda que desgastado polo uso gratuito sem correspondência prática, vemo-nos na obriga de dizê-lo mais umha vez, com Castela: *se ainda somos galegos e galegas é por obra e graça do idioma*<sup>1</sup>.

Porque esta sentença guarda em si todo o universo significativo, todo o sustento da aposta a que muitos povos na história tenham recorrido para ultrapassarem as estreitas margens de soberania cedidas polo poder estrangeiro imposto e recomeçar a sua história em liberdade. Nom pretendemos defender qualquer essencialismo lingüístico que leve a desprezar outros traços centrais e definitórios da identidade específica dos povos. De facto, a língua nom é elemento indispensável na autoafirmaçom e conseguinte autodeterminaçom ou construçom nacional. É mais bem a vontade de ser de cada povo, e a partir daí a vontade de construir um projecto nacional próprio, o que possibilita a posta em prática desse direito. Daí que povos vizinhos que partilham língua como elemento definidor podam nom sentir-se parte de umha mesma naçom (sêrvio e croata, por exemplo).

A língua é, isso sim, ingrediente de primeira ordem na formaçom e conservaçom dessa base material que subjaz objectivamente à vontade subjectiva imprescindível para viabilizar um projecto nacional. Porque, lembremo-lo, a língua é o único elemento cultural de que precisam todos os mais, quer dizer, através da língua materializa-se boa parte do acervo cultural de um povo, os seus costumes, as suas relaçoms sociais,... a sua identidade.

A perda da língua, por si, nom implica o desaparecimento de umha comunidade nacional, mas a realidade mostra-nos teimudamente que ambos os factos costumam efectivar-se ao mesmo ritmo. Seria difícil saber se é a perda da língua que provoca a liquidaçom de todo esse universo simbólico -e material- que dá conteúdo ao povo que a falava, ou se é a progressiva dependência económica

---

1.- Já o lingüista alemám W. VON HUMBOLDT (1767-1835) afirmou que *"cada língua traça um círculo arredor do povo a que pertence, e apenas é possível sair do círculo se se entrar simultaneamente no de outro povo"*. Franz BOAS (1858-1942), iniciador da antropologia norte-americana, postulou umha sentença semelhante, embora fosse formulada à inversa: *nom pode entender-se umha cultura sem ter acesso directo à sua língua*. Tese que tornou básica na antropologia cultural e assumirom e desenvolvêrom lingüistas e antropólogos como Benjamin LEE WHORF (1897-1941) ou Edward SAPIR (1884-1939), o primeiro atribuindo a cada língua umha cosmovisom própria da cultura que a criou, e o segundo considerando a língua condiçom imprescindível para o desenvolvimento da cultura. Para aprofundar nas questons da diversidade lingüística, a sua relaçom com a cultura, o relativismo lingüístico e outras, veja-se Alessandro DURANTI (2000).

e cultural que fai com que a língua, associada à personalidade colectiva em declínio, se apague progressivamente. Seguramente estejamos ante um processo diálectico que parte da componente económica para incidir na social e cultural, cujo empobrecimento aprofunde mais na perda de autoestima e incapacidade de reacção colectiva. Umha reacção colectiva que pode mesmo chegar tarde e topar já umha etnicidade deteriorada ou transmutada.

No caso irlandês, por exemplo, oitocentos anos de dependência do poder inglês conseguiram enfraquecer a identidade e a língua irlandesas<sup>2</sup>. A vontade de ser do povo irlandês, historicamente comprometido na sua sobrevivência, acabou em 1921 por atingir plasmação política na sua independência e criação de um Estado próprio. Mas esse facto não garantiu a sobrevivência da identidade precedente à tomada de consciência. A dia de hoje, a língua continua minorizada, a comunidade nacional irlandesa tem incorporado o inglês ao seu corpo identitário, com outros muitos ingredientes materiais e objectivos que a definem como grupo humano. Não há muito umha rapariga irlandesa reconhecia-me que a identidade irlandesa estava muito erosionada face à inglesa e que, ante a perda da língua, ingredientes como a música e a religião aglutinaram boa parte da vontade de ser colectiva. Seguramente se trate de um projecto diferente do que poderia ser protagonizado por umha recuperação lingüística acompanhada de todo esse universo ou cosmovisão que nestas décadas escapou entre os dedos ao povo irlandês apesar de contar com umha arma de construção tão importante como o Estado próprio.

Na nossa Galiza, a manutenção da língua ao longo dos séculos de domínio castelhano-espanhol foi parelha à conservação da identidade do nosso povo, materializada numa capacidade e consciência produtivas próprias, numa forma de assentamento na terra específica e diferente da dos povos vizinhos, numa realidade antropológica e etnográfica marcadamente original e compactadora da nossa comunidade humana. É claro que esta conservação é relativa, porquanto se tem dito com toda a razão que a história do nosso povo é, a partir do século XVI, a história de um processo de perda de memória colectiva do que tinha sido no passado. Aliás, achamos em falta no caso galego o compromisso da classe dirigente -ou a maior parte delas- na defesa da identidade e os seus interesses como classe nacional, o que, juntamente com as relações económicas que nos vinculam com a *metrópole*, permite detectar pontos em comum com o colonialismo clássico<sup>3</sup>.

Mas o certo é que, até fins do século XIX, a Galiza manteve boa parte da sua integridade como comunidade indígena sem acesso às vias de progresso capitalista que naquela altura se abriam noutros lugares do Estado espanhol. Mesmo até já ultrapassada a primeira metade do século XX, a Galiza conservava, degradada, a identidade nucleada por um idioma que subsistia em precário, nas mesmas condições que vivia a grandíssima parte do povo galego.

Durante este século, e nomeadamente na sua segunda metade, acentuou-se a situação de dependência galega, com transformações socioeconómicas de fundo calado que nas últimas décadas levaram a desfazer a base sociológica que conservava a identidade tradicional galega.

Com isto tudo, queremos sublinhar como a língua acompanha e expressa a identidade, mais do que ser causa dela, e como a perda da língua costuma transparecer a liquidação de toda a materialidade que encarna. No caso galego, este processo avança a olhos vistos por mais que, paralelamente, pareça querer desenvolver-se umha consciência nacional plasmada no voto nacionalista e em pouco mais... de jeito que pode acontecer que essa nova consciência deixe de identificar-se com o que tradicionalmente definiu a nacionalidade galega, ou com elementos centrais da mesma, como a língua.

---

2.- Calcula-se que durante o último quartel do século XVIII 45% da população era falante de irlandês, percentagem que desceu na metade do século seguinte até 30%, e a 11% em 1911. Em 1991, 32% do povo irlandês declara poder falar a sua língua historicamente identificadora, mas o inglês continua a desempenhar na prática o papel de língua nacional. Convém sublinharmos que na Irlanda do século XIX se desenvolveu umha prática bem conhecida na Galiza: a de os pais tentarem que os filhos e filhas aprendessem e falassem inglês para ultrapassar toda a negatividade associada à língua própria.

3.- Para contrastar duas interpretações antagónicas quanto ao carácter colonial da dependência galega, podem consultar-se, entre outras, as obras de M. A. FERNÁN VELLO e F. PILLADO MAIOR (1989) e S. DE TORO (1991).

## 0.2.- Considerações teóricas prévias

Antes de debruçarmos no objecto principal deste trabalho, acometeremos brevemente a clarificação de certos conceitos prévios de importância para sabermos a que é que fazemos referência em cada momento, pois acontece neste campo de estudo que algumas etiquetas remetem para significados tam variados segundo quem os empregar que de partida tenham o seu conteúdo semântico bastante neutralizado. Conceitos como "bilingüismo", "diglossia", "comunidade lingüística", "língua minoritária", "língua minorizada", "normalização lingüística",... som casos típicos do que dizemos. Repassemos, portanto, o conteúdo que julgamos mais correcto para cada um desses conceitos e tenhamos em conta a seguir que é a isso e nom a outra cousa que nos referimos quando os nomeamos. Ao mesmo tempo, apresentamos sumariamente algumas das linhas teóricas que consideramos mais acertadas e que nessa medida guiam a nossa tentativa.

### 0.2.1.-A teoria das aprendizagens de SÁNCHEZ CARRIÓN

Em 1987 foi publicada umha obra fundamental no desenvolvimento teórico posterior da sociolingüística, e nom apenas no principal país destinatário de semelhante esforço sistematizador, quanto para outros contextos de minorização lingüística<sup>4</sup>. Trata-se de *Un futuro para nuestro pasado. Claves para la recuperación del Euskara y teoría social de las lenguas*, obra cimeira até o presente do seu autor, José María SÁNCHEZ CARRIÓN, "Txepetx". O mesmo autor conta com outras obras anteriores e posteriores que introduzem ou complementam o vasto estudo incluído no volume citado, que nos parece ineludível para um estudo rigoroso e efectivo do funcionamento das línguas e as comunidades lingüísticas minorizadas.

Entre as virtudes da obra citada está a de fornecer as chaves da aquisição das línguas, através de três factores básicos intervenientes no processo: a *motivação*, a *percepção* e o *uso*<sup>5</sup>. A *motivação* é constituída polas razons, desejos ou interesses que movem a aprender umha língua ou ficar nela; a *percepção* é a capacidade e processo de captar o seu funcionamento; e o *uso* vem sendo a operação efectiva de usar o idioma em qualquer das funções que a comunidade possui num momento histórico concreto.

Distingue ainda TXEPETX umha *aprendizagem primária* ou *natural*, a que realizam as crianças ao adquirirem a língua, de umha outra *aprendizagem secundária*. Parte-se para a *aprendizagem primária* do *uso* para através da *percepção* chegar à *motivação*, que empurra ao acesso à cultura nessa língua até completar-se o circuito tornando ao uso do falante nativo e cultivado na sua língua inicial.

Na *aprendizagem secundária* ou *tardia*, a que se dá a partir de certa idade com o acesso à cultura universal e actual através da língua ou na aquisição de umha segunda língua, parte-se da *motivação* para chegar ao *uso*, também através da *percepção*, completando-se o circuito na volta à *percepção* no nível do falante primário e finalmente à *motivação* que outorga a competência desse falante primário.

Ambas as aprendizagens, sendo inversas no seu percurso, constituem um circuito que conduz para a consecução de falantes completos, grupo que por sua vez constitui o *espaço simbólico*<sup>6</sup> da língua. Para que as aprendizagens se consumem, deve cada etapa fornecer um nível de suficiência que

---

4.- De facto, na Galiza observamos a sua influência mais ou menos patente em obras fundamentais da década de noventa, como *Língua e sociedade na Galiza*, de M. PORTAS, *Sócio-didáctica lingüística*, de E. SOUTO, ou *O ensino da língua: por un cambio de rumbo*, de P. GARCIA NEGRO e J. COSTA, além de em diversos artigos aparecidos em revistas como *Agália* e outras.

5.- Conceitos tomados polo autor de COMMINS e FAGIN (1954) como categorias da aprendizagem e de TITONE (1972) na sua aplicação à aquisição lingüística infantil.

6.- Que SÁNCHEZ CARRIÓN (1987) define como "o núcleo de falantes que dotam a sua língua do seu desenvolvimento completo. Ou, correlativamente, o núcleo de falantes que tem um desenvolvimento completo nessa língua".

sustenha o custo da aprendizagem. Assim, sem um uso inicial suficiente, que em princípio equivale a um contacto permanente com a língua em questom, dificilmente se poderá aceder a umha percepçom ou conhecimento natural que por sua vez motive para ascender ao conhecimento secundário da mesma língua e assim se atinja um uso de nível superior nesse idioma (na sua dimensom criativa, científico-técnica, ou no domínio de registos, entre outros usos possíveis), completando o circuito<sup>7</sup>.

A produtividade destes conceitos e mecanismos nom fica na dimensom individual, senom que é trasladável ao plano colectivo, permitindo-nos descrever com precisom umha comunidade quanto à composiçom sociológica a respeito do grau de aquisiçom lingüística. Mais umha vez, o maior interesse da proposta está para nós em contexto de conflito lingüístico, pois permite determinar os *grupos* ou *tipos sociolingüísticos* que formam a comunidade em questom, e portanto o grau de instalaçom da língua historicamente caracterizadora da mesma e a que está a ocupar as suas funçons nesse espaço.

Denominando A a aprendizagem primária e B a secundária numha e outra língua, e O a falta de qualquer delas, podemos estabelecer a composiçom sociológica vendo que tipos de falantes constituem a comunidade lingüística objecto de estudo. Assim, o típico ou típica falante galega histórica nos últimos séculos poderíamos esquematizá-lo como A0 (*monolíngüe primário*) em galego e O em espanhol. É esta a caracterizaçom de grande parte dos nossos avôs, mas sem dúvida nom é maioritária nos galegos e galegas que hoje tenhem vinte anos...

Umha outra aplicaçom da teoria das aprendizagens situa-se numha terceira escala ascendente ao conjunto da comunidade lingüística, como apoio para a explicaçom das tendências verificadas quanto à recuperaçom ou perda da língua nacional. Assim, podemos analisar as características do caso galego dizendo que historicamente se situou no máximo de uso primário, com umha óptima correspondência na percepçom natural e umha baixíssima motivaçom. A ruptura do circuito da aprendizagem nesse ponto impossibilitou o ascenso à percepçom secundária e dela ao conhecimento mais elaborado que acabaria por estender o uso generalizado. Ao nom acontecer isto, a falta de motivaçom junto da ruptura na transmissom natural da língua -lembrems o hábito de os pais galegofalantes falarem espanhol aos filhos- provocou a queda no uso das novas geraçons. É um caso semelhante ao dos territórios bascos sob administraçom francesa, onde se está a produzir também umha importante diminuïçom do uso polo mesmo processo degenerativo no circuito de aprendizagem. E é o caso contrário do acontecido no Sul de Euskal Herria, onde se partia de usos muito baixos e um grande índice de motivaçom -é habitual os pais espanholfalantes se preocuparem de que os filhos acudam a escolas em que o basco é língua veicular e mesmo acudirem eles a *Euskaltegis* (academias de euskara para adultos) para poderem ajudá-los a completar-se lingüisticamente; este ponto de partida encarreirou nas últimas décadas a recuperaçom do uso social do euskara, mais falado nas geraçons mais novas<sup>8</sup>.

---

7.- O assunto é genialmente desentranhado por TXEPETX no primeiro capítulo da sua obra já citada, deitando luz sobre aspectos fundamentais das perdas e recuperaçons lingüísticas em contextos como o nosso: "*Portanto, para sabermos que uso é suficiente, devemos saber em relaçom com que motivaçom e conseqüentemente com que registo do idioma. Numha língua aprendida secundariamente o jogador (falante) deve ter claros de partida os limites do jogo: porque, como no jogo das "sete e meia", pode ser tam perigoso passar-se como nom chegar. Se a motivaçom para a língua de acesso for de natureza limitada, deve ser limitado também o uso da mesma, e o falante deve sentir-se seguro e satisfeito com umha percepçom da língua que há de ser, logicamente, limitada também. Mas se a motivaçom for de natureza muito larga (chegar a assimilar-se lingüisticamente ao nativo desse idioma), o falante deve alargar todo o possível o uso, e adquirir a soma de registos (coloquiais e formais) que lhe permitam desenvolver-se em todo o leque de funçons com completa naturalidade. Grande parte das frustraçons pessoais dos aprendizes a respeito das suas línguas tardias provem de umha falta de correspondência entre a sua motivaçom pessoal e o seu uso real: falantes que nom desejam perder a sua identidade lingüística de partida podem ver-se arrastados por um uso excessivo do idioma que sentem próprio) provocando-lhes umha situaçom que vivem com desgarrro. Ou, no outro extremo, falantes que desejam nativizar-se no idioma de que fõrom historicamente despojados e que devem conformar-se com o aprenderem secundariamente, vem-se estrangidos polas circunstâncias sociais a um uso tam limitado desse idioma que nom alcançam nunca a percepçom que necessitam interiorizar para chegarem a senti-lo e a vivê-lo como parte de si próprios*".

8.- Na Comunidade Autónoma Basca, p. ex., na faixa etária entre 25 e 34 anos, há 16% de euskalduns iniciais,

### 0.2.2.- A Comunidade Lingüística

R. A. HUDSON (1980) distingue até seis focagens distintas nas definições dadas por diversos sociolingüistas desde BLOOMFIELD (1933) até BOLINGER (1975), segundo se defina a comunidade lingüística. Pode interpretar-se como colectivo que fala umha determinada língua (LYONS, 1970); vincar o critério comunicacional, segundo o qual duas comunidades que falam a mesma língua mas nom tenhem contacto entre si configuram duas comunidades lingüísticas diferentes (HOCKETT, 1958); pode permitir a presença de várias línguas através das quais se efectiva a comunicação (BLOOMFIELD, 1933 e GUMPERZ, 1962), de forma que se evita a interligação entre comunidades que deriva da definição proposta por HOCKETT; mais recente é a definição que desloca o critério definitorio para a subjectividade assumida por um colectivo que se sente parte de umha mesma comunidade (LABOV, 1972); e por último a definição que leva ao extremo da subjectividade a definição da comunidade lingüística (LE PAGE, 1968), permitindo que cada indivíduo defina pessoalmente os "grupos" em função da sua capacidade para identificá-los.

De outra parte, CALVET mergulhou mais recentemente no debate (1998), ressaltando a contradição de basear a comunidade só na língua ou, mais exactamente, no código de comunicação. Daí que encontre a saída ao sarilho recorrendo à natureza social da língua, estudando "*a comunidade social sob o seu aspecto lingüístico*", polo que di que se devem considerar diferentes critérios: o código ou códigos concorrentes na sua dimensão diacrónica; a estrutura interna da comunidade em função desses códigos, incluindo os comportamentos e as atitudes a respeito de cada um; a variação em função de variáveis sociais (sexo, classes, idade, etc.); e os efeitos recíprocos entre códigos e corpo social.

Julgamos o contributo de CALVET mais próximo da realidade que queremos nomear com a etiqueta "comunidade lingüística". Pola nossa parte, permitimo-nos manifestar o paralelo que admite a realidade social do que chamamos nação com a citada comunidade lingüística. Nom é que afirmemos, como se tem feito desde alguns âmbitos do nacionalismo político, que "*se nom houver um idioma próprio, nom há nação diferenciada*"<sup>9</sup>, entendendo por "*idioma próprio*" umha língua usada só pola comunidade nacional em questão. É evidente que isto nom responde à realidade, pois existem muitos casos de povos constituídos em nação partilhando a língua da metrópole (veja-se o caso das ex-colónias espanholas na América ou o das ex-colónias inglesas no mundo) ou do vizinho (Holanda-Flandres, Sérvia-Croácia). Dizemos apenas que na definição da nação ou comunidade nacional fugimos de propostas essencialistas que partem em exclusiva de umha base étnica, histórica ou mesmo racial, obviando a própria vontade dos indivíduos que a conformam (o caso espanhol é um exemplo de como se impom a nação sobre a vontade dos povos incluídos nela por causa de umha dita "trajectória histórica comum").

Em lugar dessa definição e prática reaccionárias, pensamos que em justiça é a própria comunidade social afectada que deve tornar explícita a sua vontade de ser, de constituir-se em nação. É claro que para que isto aconteça costuma existir umha base material que coesiona o colectivo e lhe imprime identidade e vontade de ser diferenciadas. Mas a simples existência desses traços nom implica a cristalização de um projecto nacional, porquanto a carência do componente subjectivo sim pode evitá-la favorecendo a perda da base material ou étnica precedente. Repare-se que a constituição dos modernos Estados-nação costumam seguir um sentido contrário, partindo-se da vontade de umhas elites dirigentes que, polo seu domínio económico, político e militar de determinadas áreas, definem o que "tem que ser" a nação, originando os conflitos derivados da imposição de modelos sem correspondência real nos povos atapados no interior das suas fronteiras.

---

enquanto entre 3 e 15 anos, a percentagem aumenta até 22%; em Navarra, nos mesmos grupos de idade, passa-se de 6% para 8%. Nos territórios sob administração francesa a tendência é a contrária, passando-se de 16% a 6%, como consequência de umhas características e tendências sociolingüísticas com muitos pontos em comum com as da sociedade galega. Dados tirados de *Encuesta sociolingüística de Euskal Herria*, de 1996.

9.- Veja-se como exemplo o texto "Por umha política lingüística independentista", tese aprovada polo Congresso da Frente Popular Galega em 1998, e a resposta de Luís GONZÁLEZ BLASCO (1998).

Ligando com o assunto da definição da comunidade lingüística, achamos positivas definições como as de LABOV ou CALVET no senso de ultrapassarem conceitualizações "eticistas" da mesma, introduzindo o elemento da vontade subjectiva das pessoas implicadas na definição da comunidade. De facto, é a falta de consciência (de subjectividade, portanto) que inicia os processos de transculturização ou perda de umha língua por parte de umha comunidade. Será, entom, a existência dessa consciência social de pertença a umha mesma comunidade lingüística que permita conservar a identidade ou recuperá-la em processos de substituição como o que nos afecta actualmente na Galiza. Essencialismos como "*o galego nom pode perder-se porque sempre foi a língua do nosso povo*", ou passividades como as que reflectem aqueles que se limitam a culpar dos problemas da língua minorizada a legislação ou o governo, convergem na falsa separação entre a matéria lingüística e a comunidade que a fala e -chegado o momento- a defende. Em quê medida pertencem à comunidade lingüística os pais que negam aos seus filhos o acesso à língua que eles falam entre si? E o político que a usa apenas nos minutos outorgados polo regulamento parlamentar ao seu grupo? É claro que em maior medida do que aqueles sectores que combatem abertamente a pluralidade lingüística, mas nom deixam de situar-se em espaços periféricos desse espaço simbólico que dá entidade à comunidade em questom.

A Comunidade Lingüística é formada em sociedades bilíngües, desta perspectiva, polos falantes completos (*aprendizagem primária* mais *aprendizagem secundária*), por aqueles outros progressivamente distanciados desse núcleo (conhecimento só primário, conhecimento secundário sem nativizar,...) e até mesmo chegar a grupos periféricos sem conhecimento da língua, mas com atitudes positivas para a sua recuperação ou aquisição. Ficam fora aqueles sectores abertamente enfrentados a umha possível planificação da língua minorizada, embora podam ser integrados na comunidade de conseguir-se mudar o seu rechaço em receptividade.

Desta perspectiva, a comunidade lingüística é também umha comunidade de vontades, que ao longo de um processo histórico ou diacrónico se dota dos espaços e instrumentos societários precisos para garantir a sua subsistência -instituições, meios e espaços comunicativos, repertórios, normas de repertório, mercados,...-<sup>10</sup>. A vontade que aludimos está, se calhar, oculta ou latente em sociedades sem conflito lingüístico, mas manifesta-se quando surgir umha ameaça à coesom e identidade partilhadas. Aliás, em comunidades lingüísticas desarticuladas, como a nossa nesta altura histórica, a erosom da própria identidade pode ocasionar diferentes propostas que dem conteúdo à comunidade lingüística por restaurar. Eis umha focagem diferente do chamado "conflito normativo" que subsiste na Galiza, e ao qual nom é alheia essa definição da enfraquecida identidade lingüística.

### 0.2.3.- Micro-sociolingüística ou macro-sociolingüística?

Em ocasiões, pequenos acontecimentos quotidianos fruto da experiência pessoal proporcionam um conhecimento, pola via do indício, equiparável ao que confirmam grandes estudos sociológicos. No campo da sociolingüística, no estudo da realidade galega, existem estudos demoscópicos ou sectoriais que constituem contributos valiosos para um diagnóstico realista de qual é a situação por estas terras. Em páginas seguintes analisaremos alguns desses dados, contextualizando-os e projectando-os nas possibilidades de futuro que nos abrem. Mas neste momento quero apresentar um desses pequenos acontecimentos quotidianos que indiciam já por onde é que "venhem os tiros".

Recentemente, encontrando-me com a minha mulher numha concorrida praça do *ensanche* ferrolano, onde pais e maes costumam passear com os seus filhos, aconteceu-nos um episódio significativo. Umha mulher nova conversava connosco enquanto o seu filho e a nossa filha -de pouco mais de um ano de idade ambos- brincavam perto de nós. Ao pé desta mulher, umha rapariga de uns oito anos que resultou ser sua irmã olhava para nós fixamente, com cara de estranheza. Nós falávamos galego. Era umha dessas situações conversacionais tam habituais como esquizofrénicas

---

10.- Poderia resultar produtiva, neste senso, a aplicação da toria dos polissistemas de I. EVEN-ZOHAR (1972) e do campo literário de BOURDIEU (1991).



em que um interlocutor fala galego e o outro espanhol, sem provavelmente repararmos um nem outro no facto. Cada pouco, atendíamos -também em galego, claro- a nossa miúda, ou o seu pícaro. Uns minutos mais tarde, a meninha de oito anos nom pudo mais e, com a naturalidade e sinceridade que ainda conservam as crianças da sua idade, espetou à sua irmã mais velha, olhando para nós de esquelha: "*¿de dónde son?*".

Leva-nos este caso à necessidade de reconhecer aos estudos micro-sociolingüísticos a importância que realmente têm. O estudo de situações como a aludida, ou de outras verificáveis na própria praça (a língua dos avós entre si, a língua dos avós com os netos e netas,...), o estudo dos usos no mercado, nos centros de ensino, nos comércios,... ajudam a contextualizar e compreender o conteúdo dos frios dados estatísticos da macro-sociolingüística e os mecanismos sociais que agem na escolha particular da língua. Na verdade, e como afirma CALVET (1998), "*o que se coloca aqui é o problema da medida da comunidade lingüística e sociológica estudada, mas o certo é que se, entre a análise de umha conversa e a de umha cidade, por exemplo, há umha escala contínua que vai da atenção centrada no detalhe à atenção centrada nos conjuntos, estas duas focagens vam estar sempre ligadas*"<sup>11</sup>.

Um caso que torna patente a necessidade de procurar a ligação entre ambos níveis de análise é o estudo demolingüístico, que em princípio semelha valer-se da sua própria autonomia empírica, em forma de questionários sociolingüísticos, mas na verdade revela a necessidade de partir de um conhecimento prévio das interacções lingüísticas de micronível. O motivo é a diferença entre os usos, atitudes e conhecimento declarados polo informante e a realidade dos mesmos; e nom porque exista vontade de engano generalizada, senom polo facto de o comportamento intralingüístico -em contextos de monolingüismo territorial- ou interlingüístico -em contextos de bilingüismo social- vir condicionado por consensos que ocultam às consciências a desigualdade em que se fundamentam. A isto cumpre acrescentar fenómenos de *mistura de códigos (code-switching)*, que introduzem duas línguas deliberadamente na mesma conversa por parte do mesmo falante sem qualquer mudança de tema associada à alternância, e que WARDHAUGH (1992) atribui a umha marca de solidariedade conversacional, sem que medeie qualquer incompetência na língua em questom.

Deve-se, portanto, conjugar ambas as perspectivas e atingir a compreensom profunda das dinâmicas sociolingüísticas actuantes na nossa naçom, sempre com a intençom declarada de favorecer, a partir desse conhecimento profundo, a tomada de consciência imprescindível para que por fim se ponha em andamento um processo de normalizaçom lingüística.

#### 0.2.4.- Língua minoritária ou língua minorizada?

É habitual que os ideólogos da desigualdade lingüística empreguem para referir-se às línguas que nom contam com o patrocínio de um Estado próprio, com certo paternalismo, a etiqueta de "*língua minoritária*", sem levar em conta se realmente é falado no seu território por mais ou menos pessoas do que a "*oficial*". É o de "*minoritário*" um desses nomes associados intencionalmente à negatividade, ao paternalismo e em geral ao que TXEPETX denomina "discurso da irrealidade" ou "mentalidade do sujeito passivo", querendo vincar o que tem de frustrante, desmoralizador e paralisante para o membro desse grupo. Convém portanto aclarar esse conceito e o concorrente de

---

11.- Na nossa terra, sociolingüistas como C. ÁLVAREZ CÁCCAMO (1987, 1990,...) partem de umha perspectiva de microanálise, tentando desvendar as regras que regem as actuações lingüísticas concretas, sem desvincular as suas conclusons da visom ideológica do funcionamento e as forças sociais em jogo. M. A. FERNÁNDEZ (1983) representa umha via mais orientada para a macroanálise quantitativa a partir de estudos de campo sobre uso, conhecimento e outras variáveis lingüísticas. Outros autores, como F. RODRÍGUEZ (1976) ou P. GARCIA NEGRO (1993, 1999) abordam a problemática social da língua exclusivamente em termos de análise sociopolítica e ideológica, confiando boa parte da responsabilidade pola mudança nos comportamentos lingüísticos colectivos a mudanças no poder político-institucional. Umha tentativa sincrética pode ser a representada por M. PORTAS (1991), ao contextualizar histórica e sociologicamente a realidade sociolingüística reflectida nos estudos quantitativos, embora talvez seja vincando em excesso a evoluçom superestrutural da sociedade. Para umha visom geral das diversas perspectivas e a sua presença na Galiza, recomenda-se M. HERRERO VALEIRO (1994).

"língua minorizada", para sabermos em cada momento de quê é que falamos e as implicações de umha ou outra condição, que como veremos som transcendentales.

Entende-se por *língua minoritária* aquela que conta com um menor número de falantes em termos absolutos. Assim, o irlandês é claramente minoritário no seio da sociedade que o criou, em contraposição ao inglês, que a comunidade nacional irlandesa assume como próprio ao mesmo ritmo que o seu idioma histórico esmorece.

Entendemos, no entanto, por *língua minorizada* aquela que vê invadidos os âmbitos de uso ou funcionais no seio da sua comunidade lingüística, em favor de um idioma externo imposto por motivos de expansão de um Estado, numa altura do processo de substituição em que a língua imposta é ainda falada por umha minoria da população dessa comunidade.

Vicent PITARCH propom umha *tipologia da minorização*, através de quatro deficiências que caracterizam o estatuto da língua minorizada: 1) legitimidade questionada; 2) abundância de preconceitos; 3) supeditação ao bilingüismo; e 4) marginalidade e tensom<sup>12</sup>. A primeira deficiência di respeito ao nom reconhecimento da língua, reduzida a sucedáneo, sem entidade nem utilidade social possível. No caso galego, vemos que se no século XIX a ideologia imperante negava a sua própria existência como língua (era um "dialecto"); nas últimas décadas, com a cooficialização, o que se nega é a unidade lingüística galego-portuguesa, pois nom é possível que o idioma de umha "região espanhola" seja também idioma oficial de outros Estados e organismos internacionalmente reconhecidos. A chamada por PITARCH *abundância de preconceitos* está também muito presente entre nós; pode-se citar o da reclamação de "*escrever como fala o povo*", algo que ninguém exige para línguas normalizadas (um andaluz escreve do mesmo jeito que um santanderino, conforme umha convenção gráfica que nom coincide com a fala de nengum deles). A *supeditação ao bilingüismo* plasma-se na falta de autonomia funcional, ideologicamente disfarçada de condição privilegiada do falante bilíngüe da língua minorizada, armadilha associada à ideologia imperante na Galiza actual, que passou de negar a condição lingüística do galego a louvar as vantagens do bilingüismo. Por último, a *marginalidade e tensom* constitui a condição imposta às línguas que analisamos, ao ficarem fora do centro, da norma ou da ordem sociolingüística estabelecida. A sua defesa chega a ver-se como umha postura anti-sistema, ou como afirmou CARVALHO CALERO, umha "objecção de consciência"<sup>13</sup>.

A posta em relação dos conceitos de *língua minoritária* e *minorizada* com os seus opostos permite a SÁNCHEZ CARRIÓN (1999, p. 279) estabelecer as quatro situações em que pode encontrar-se um idioma dado numa sociedade concreta:

*Maioritário maiorizado*

*Maioritário minorizado*

*Minoritário maiorizado*

*Minoritário minorizado*

Um conflito lingüístico pode entom responder a um destes dous esquemas:

Idioma *maioritário minorizado* face a um outro *minoritário maiorizado*

Idioma *maioritário maiorizado* face a um outro *minoritário minorizado*

Esta esquematização dos processos de substituição lingüística tem umha importância fulcral, porquanto reflecte dous graus qualitativamente distintos da mesma, correspondente o primeiro a um estado em que a língua imposta conta com a qualidade (hegemonia nas funções "importantes") e a dominada quantidade (maioria de falantes). É umha situação estável ao encontrar-se as forças mais distribuídas, e responde às características das situações chamadas diglósicas. Mas pode resolver-se por duas vias: ganhando a língua minoritária a quantidade que lhe falta ou perdendo a

---

12.- Vicent PITARCH (1992, pp. 259-266).

13.- Ricardo CARVALHO CALERO (1990).

maiorizada a posição privilegiada que ocupa em espaços de uso fundamentais na comunidade lingüística agredida.

O segundo grau é o que faz com que a comunidade lingüística originária do território em questão se veja reduzida a minoritária face à extensão da língua do poder. Esta é uma situação de grande instabilidade que conduz directamente para a assimilação lingüística.

A interligação destas situações tem correspondência com o conceito de *etoglossia*, introduzido por KLOSS já em 1969, e que consiste no poder expressivo societário de uma língua, dado pela quantidade e qualidade das funções que é capaz de satisfazer. Cada função (qualidade) tem um determinado grau de enraizamento (quantidade), determinado este por sua vez pela lealdade dos utentes e a percentagem dos mesmos. Portanto, falaremos de *etoglossia alta* ou *baixa* segundo o grau de implantação qualitativa ou quantitativa da mesma.

É importante percebermos este processo, quer nos termos de TXEPETX, quer nos de KLOSS, porque não só dá respeito à perda da língua territorial, senão que indica o caminho da sua recuperação, invertendo as tendências, embora não pelo mesmo caminho da extinção da comunidade transculturizada, senão pela socialização de um novo *discurso da responsabilidade* que faça à formação social afectada tomar consciência do que realmente está em jogo no processo: a sua identidade e, simultaneamente, o património geral das sociedades, empobrecido com a perda de cada nova língua no planeta.

#### 0.2.5.- Bilingüismo

Esta é talvez a etiqueta mais usada com diferentes significados segundo a finalidade de quem o fizer em cada contexto. Chama-se bilingüismo ao vigente nas comunidades autónomas com "uma outra língua oficial" no Estado espanhol e ao do falante individual que pode exprimir-se com igual competência em duas línguas. Inclusive ao de Estados como o belga, que reconhece a territorialidade lingüística a cada uma das comunidades, coincidindo ambas unicamente no espaço da capital, Bruxelas. Esta variedade de referentes semânticos tem a sua origem na objectiva complicação de uma teoria que abranja na sua totalidade e complexidade o fenómeno bilingüe, circunstância esta que tem servido para a própria manipulação do conceito "bilingüe" por parte dos Estados com bilingüismo social e territorial.

Assim, tem-se recorrido ao argumento da riqueza que supom contar com duas línguas de uso social face às sociedades monolíngües, ou, em nome da democracia, situado objectivos "igualitários" neste campo no *bilingüismo equilibrado* para sociedades com a língua própria minorizada pela presença de uma outra em posição hegemónica. Estas propostas, que partem via de regra do mesmo Estado que cumpriu historicamente o papel de assimilador, encorajam por sua vez reacções "anti-bilingües" por parte dos sectores normalizadores das comunidades afectadas. Querendo negar o objectivo pseudoigualitário, chega-se por vezes mesmo a negar a existência do bilingüismo social, mesmo quando se reconhece como condição intrínseca da realidade lingüística o seu carácter colectivo, social portanto. Propom-se, desta perspectiva, "reservar" o bilingüismo para a prática lingüística individual e foge-se da caracterização social da comunidade que acolhe o conflito, limitando-se a sua configuração à definição também multiusos de *diglossia*.

Situando a discussão nos seus justos termos, teremos que partir de que as actuações bilingües individuais respondem a normas estabelecidas socialmente, funcionando os dois códigos nesse caso como poderiam fazê-lo dois registos de um mesmo idioma em situações de monolingüismo social.

Num trabalho publicado em 1999, a respeito da semântica dos registos, afirmávamos que "*Toda língua que cumpra as funções que a acreditam como língua nacional<sup>14</sup>, com um espaço simbólico saudável e portanto uma comunidade que a utiliza em condições de normalidade, caracteriza-se pela sua variabilidade interna. Cada variedade social, do tipo que for, cumpre o seu papel garantindo*

14.- Função de identidade, f. familiar, f. laboral, f. local, f. nacional, f. cultural, segundo SÁNCHEZ CARRIÓN (1987).

*um modelo social de referência sobre qual é que deve ser a própria para cada quem em cada momento e lugar. O cumprimento destas premissas nom deixa de ser umha forma de diglossia<sup>15</sup> interna.*

*Em contextos de conflito lingüístico como o galego, a variabilidade interna de umha só língua de uso normalizado vê-se substituída pola alternância de códigos, condicionada por cada situação social concreta<sup>16</sup>. FISHMAN denomina congruentes as situações em que cada falante e cada código cumprem o papel que socialmente se espera que cumpram, e incongruente a ruptura dessa norma por qualquer motivo. Como exemplo desta repartição funcional podemos apresentar a situação protagonizada por um médico e um doente, em que a convenção social dita a língua veicular dessa interacção verbal. Ou a conversa entre marido e mulher no lar. Na Galiza vem-se empregando o termo diglossia para denominar essa partição funcional, umha diglossia que podemos chamar externa por afectar a dous códigos diferentes.*

*A forte normatização social a este respeito no caso galego fijo com que, a partir de certo momento histórico, ficasse a nossa língua reduzida a situações determinadas pola falta de formalismo, a intimidade ou amizade e a nom codificação escrita. Quer dizer, o estado de cousas socialmente imposto impediu ao galego-português da Galiza desenvolver com plenitude a sua variabilidade interna, ao ver-se reduzido funcionalmente<sup>17</sup>.*

*Esta circunstância nom afectou à língua hegemónica, no nosso caso o espanhol que, cumprindo as etapas descritas por CALVET nos processos de assimilação lingüística<sup>18</sup>, partiu da conquista dos âmbitos e situações formais, de poder, para progressivamente invadir funcionalmente os espaços da "reserva" galega. De forma que o espanhol foi fortalecendo um espaço simbólico próprio e enfraquecendo o do galego até a grave anemia actual, em que a etiqueta "diglossia" devém cada vez menos apropriada para a descrição da realidade galega".*

Nom cremos, portanto, que a questão do bilingüismo poda concluir-se negando ao fenómeno o carácter social nem mesmo territorial. De resto, a própria definição da Comunidade Lingüística, acima estudada, fai-nos deparar com o assunto na sua autêntica dimensão: é o bilingüismo social unilateral e indiscriminado que coloca o principal problema na definição da Comunidade Lingüística, como é a degradação da identidade nacional num processo de colonização o que nos dificulta a definição da Comunidade Nacional, ou chegado o momento nos impede falar de nação diferenciada ante a evidência da sua definitiva assimilação ao projecto expansivo que a absorveu.

Em lugar da fuga para a frente que supom a negação da existência do bilingüismo social, a alternativa pode estar na sua compreensão e na proposta de um modelo racional que devolva à língua agredida o seu papel protagónico na sociedade que lhe deu vida. É imprescindível, por exemplo, que a língua minorizada conte com um território próprio, como conta a língua maiorizada, por mais que nesse *território monolíngüe*<sup>19</sup> podam existir grupos sociais bilingües ou pessoas bi- ou plurilingües. Só assim poderemos ver o bilingüismo do grupo ou da pessoa como opção livre. Na actualidade, o bilingüismo é na Galiza -territorial, social e individualmente bilingüe- umha necessidade para quem partir do galego como língua inicial, mas apenas umha opção para a comunidade, das duas em conflito, que detém o poder -a espanhola-, que com a sua língua tem

---

15.- De resto, a mais próxima da originariamente definida por C. A. FERGUSON (1959).

16.- FISHMAN (1982) define a situação social aos efeitos que comentamos como o conjunto de três ingredientes: realização dos direitos e deveres da relação funcional concreta, no lugar mais apropriado ou típico para essa relação concreta, e no tempo socialmente definido também como adequado para a mesma.

17.- PORTAS (1991) expom com clareza o caminho histórico trilhado pola nossa língua, desde a normalidade à desnormalização.

18.- L. J. CALVET (1974) fala de três etapas: a primeira de passagem da elite do território ao uso da língua alheia; a segunda, de extensão do conflito e partição de sectores da sociedade que aderem à língua invasora (relacionados com o mundo urbano e a suficiência económica) face ao resto; e a terceira, em que culmina o processo de assimilação com a extensão a todas as camadas sociais da língua imposta e perda da própria.

19.- Para umha caracterização das diferentes soluções de organização das comunidades lingüísticas nos Estados multilingües -territorialidade, personalidade, soluções mistas-, veja-se as expostas por Rafael L. NINYOLES (1991).

suficiente para desenvolver-se socialmente. E este facto acarreta frustraçon aos sectores galegófonos nom integrados no bilingüismo oficial, que acaba por converter-se em bilingüismo em recuo para a comunidade originária do território<sup>20</sup>, e a partir de certa altura o contacto incontrolado entre ambos os códigos conduz para a hibridaçom, sempre em favor do código que partia de umha posiçom mais forte.

Em definitivo, devemos tentar conhecer em profundidade os mecanismos que actuam nos espaços bilingües, nom já por vontade de conhecimento científico asséptico, mas por pura necessidade para a recuperaçom social da nossa língua. Em caso contrário, corremos o risco de tomar como processo enriquecedor o que nom é senom o caminho *glotofágico*<sup>21</sup> subtil e discursivamente mascarado<sup>22</sup>.

### 0.2.6.- Planificaçom e normalizaçom lingüísticas

Juliette GARMADI apresentou em 1983 umha exposiçom óptima do conceito de planificaçom lingüística, entendido como o conjunto de tentativas e esforços organizados e conscientes para resolver problemas lingüísticos e/ou mudar a forma e usos de umha língua. Antes, KLOSS (1969) tinha diferenciado entre *planificaçom do corpus* e *planificaçom do status*, abrangendo o primeiro as modificaçons e postas ao dia que atingem a forma da língua, por exemplo elaborando um padrom por cima das diferenças dialectais, e o segundo as medidas tendentes a garantir o acesso da língua a novos espaços de uso social. SÁNCHEZ CARRIÓN, por último, completou a natureza da planificaçom lingüística definindo-a como o conjunto de medidas tendentes à otimizar os *tipos sociolingüísticos*<sup>23</sup>.

NINYOLES (1991), por seu turno, define a planificaçom como "*um dos instrumentos da normalizaçom. Pressupom o esforço por conduzir o desenvolvimento de umha língua na direcçom desejada, mediante umha prediçom -fundada no conhecimento passado- e um propósito deliberado de influir sobre a evoluçom futura*". E considera que a normalizaçom "semelha reger-se por três grandes tendências:

20.- Para aprofundar nesta visom da questom bilingüe como tridimensional (individual, social e territorial) veja-se o artigo "El marco sociológico y espacial de una situación bilingüe" de SÁNCHEZ CARRIÓN (1979).

21.- CALVET (1974).

22.- TXEPETX (1987, p. 246) fala em *paradigma de implementaçom* face a *paradigma de extorsom*, para definir o autêntico processo enriquecedor de acesso a outra língua a partir da aquisiçom completa (primária e secundária) da própria, face ao que no seu nome serve para afirmar-se na *segunda* sem ter-se completado na *primeira*, o que conduz para a perda desta. Veja-se notas 23 e 82.

23.- A seguir, apresentamos esquematicamente os tipos sociolingüísticos formulados por SÁNCHEZ CARRIÓN (1987) e reproduzidos entre nós por Humberto MORÁM (1990, pp. 35 a 55) e Elvira SOUTO (1994, p. 40):

Terminologia descritiva	Terminologia interpretativa	L1 (galego)	L2 (espanhol)
<i>Monolingüe primário</i>	<i>Monolingüe natural</i>	A	Ø
<i>Monolingüe secundário</i>	<i>Monolingüe cultivado</i>	AB	Ø
<i>Semibilingüe primário</i>	<i>Semibilingüe natural</i>	A	A
<i>Semibilingüe secundário</i>	<i>Semibilingüe diglössico ou substitutivo</i>	A	B
<i>Bilingüe diglössico</i>	<i>Bilingüe diglössico ou substitutivo</i>	A	AB
<i>Bilingüe primário</i>	<i>Bilingüe natural ou equitativo</i>	AB	A
<i>Bilingüe secundário</i>	<i>Bilingüe cultural ou aditivo</i>	AB	B
<i>Ambilingüe</i>	<i>Bilingüe perfeito ou multiplicativo</i>	AB	AB

A = Aprendizado primário ou natural

B = Aprendizado secundário ou cultural

(É importante notar o carácter dinámico dos grupos, que em nengum caso som estancos ou inamovíveis, nem na sua dimensom social, nem na adscriçom de um individuo a alguns dos tipos referidos. Costuma reflectir-se a situaçom de transiçom de um grupo para outro mediante o uso de parênteses na letra que representa a perda ou aquisiçom de determinada aprendizagem na língua que for).

O *paradigma de optimizaçom*, entom, será o que favoreça que cresçam os grupos mais próximos do *espaço simbólico* galego, fazendo que cada grupo se integre no imediato, em direcçom aos grupos formados por utentes completados lingüisticamente em galego (*monolingües cultivados*, *bilingües naturais*, *bilingües culturais* e *bilingües perfeitos*). O último deles, o dos *bilingües perfeitos* ou *ambilingües*, caracteriza-se pola sua instabilidade, polo que costuma ser tránsito para a reafirmaçom numha de ambas as línguas. Confronte-se com o *paradigma de extorsom* (veja-se a nota 82).

1) *A ênfase sobre unha democratización cultural, com freqüência ligada à "modernización" das atitudes culturais de um país.*

2) *Umha tendência que poderíamos designar, com J. FISHMAN, "autenticadora".*

3) *Um processo de unificação cultural que se deverá concretizar em duas vertentes:*

a) *Externa. Implicará a tomada de consciência da unidade lingüística e cultural entre regions que diluirám a antiga coesom.*

b) *Interna. Superadora do quadro diglósico; quer dizer, a superposição lingüística em duas variedades: umha considerada "alta" e adscrita às classes superiores, e umha outra, "baixa", própria dos estratos inferiores."*

O objectivo final da planificação é a normalização lingüística, entendida como processo de assunção plena dos direitos lingüísticos por parte da comunidade afectada. Os diferentes autores coincidem em atribuir aos Estados ou governos o protagonismo no processo normalizador, o qual tendo parte de razom deve ser matizado no senso de reconhecer a necessidade de que a sociedade "civil" assuma a sua quota de protagonismo no mesmo.

O exemplo irlandês é paradigmático de como a acção de um aparelho administrativo por si só nom garante a aplicação de umha planificação tendente à normalização da língua minorizada. Cumpre umha vontade de ser expressa, a partir da qual cada agente social -incluído o Estado ou governo que for- ocupe o lugar que lhe corresponde na planificação acordada. Quer dizer, para umha comunidade lingüística recuperar a sua língua, minorizada e ameaçada como a nossa, devem cumprir-se algumas condições como que adquira a vontade de salvar-se, e nom se lhe impida tomar as medidas apropriadas para fazê-lo<sup>24</sup>.

Desta perspectiva, achamos paralelismos entre o processo de construção nacional, entendido como empresa colectiva protagonizada polo povo que quer constituir-se em nação, e o de normalização lingüística, que afinal podemos resumir com a definição dada por SÁNCHEZ CARRIÓN (1987), como "*redistribuição social do poder lingüístico*", através de três meios principais: "*o poder político subordina-se aos objectivos lingüístico, os grupos sociolingüísticos crescem de dentro para fora e cada grupo compreende a sua função e exercita-a*".

## 1.- A realidade das comunidades lingüísticas no mundo: progresso ou pobreza?

Vivemos tempos de globalização. Isso é o que se nos di continuamente nos meios de comunicação, fazendo referência ao facto de o planeta ficar pequeno, as distâncias se reduzirem e o grande mercado do mundo chegar até o último confim. Para alguns, trata-se do clímax do progresso humano, para outros do desastre ainda nom bem calibrado da universalização neoliberal após a queda do bloco antagónico hegemónico pola extinta União Soviética.

Para além das considerações que a este respeito pudéssemos fazer, queremos matizar a sentença prévia e dizer que a dita globalização nom é nova, embora se veja na actualidade reforçada por umha fase de desenvolvimento capitalista caracterizada polo império das transnacionais, grandes gestoras da economia planetária, por cima das fronteiras e mesmo sem um país de referência, por mais que tenham nos Estados do centro os seus beneficiários.

Lembremos, com Inmanuel WALLERSTEIN, que o capitalismo tem a sua origem histórica no salto qualitativo de o capital passar a ser usado com o objectivo primário da auto-expansão ou acumulação exponencial do mesmo<sup>25</sup>. O processo que se segue para conseguir mais capital a partir

---

24.- D. FENNELL (1981).

25.- I. WALLERSTEIN (1999).

de um investimento prévio (o *circuito do capital*) raramente era concluído antes dos tempos modernos. Em palavras de WALLERSTEIN *"O capitalismo histórico implicou, pois, a mercantilização generalizada dos processos -nom apenas os processos de troca, mas também os de produção, de distribuição e de investimento- que até aí eram efectuados sem a intervenção do "mercado"*<sup>26</sup>.

Os inícios deste sistema mundial chamado capitalismo situam-se portanto já na Europa dos finais do século XV, e desde essa altura foi expandindo-se até chegar a abranger a Terra toda no século XIX. Esta leitura do acontecido no planeta nos últimos cinco séculos semelha apresentar umha realidade contraditória: a de umha divisom do trabalho a escala mundial face à separaçom dos protagonistas da acumulaçom de capital em Estados soberanos, politicamente autónomos. Os principados territoriais alicerçados numha relativa afinidade étnica constituíam o precedente medieval que resultara por sua vez do fraccionamento político do Império Romano do Ocidente. A transformaçom da sociedade tradicional em moderna verificou-se pola própria dinâmica de um capitalismo em alça que adaptava os espaços políticos e nacionais às suas necessidades de mercado e expansom. Francisco LETAMENDIA, citando Pierre VILAR, sublinha como parte desse processo, *"a conversom operada polo Renascimento das principais línguas "vulgares" no signo da unidade política, da qual deriva a sua vitória sobre o latim; o mercantilismo e a unificaçom da moeda; e a Reforma protestante, que reforça a ideia de que os súbditos e um mesmo príncipe devem formar umha comunidade uniforme"*<sup>27</sup>.

Estes Estados, vocacionados para darem forma jurídico-política à nova realidade socioeconómica, garantírom desde entom os relacionamentos de troca desigual entre centro e periferia do sistema mundial<sup>28</sup>, para além das muito diversas funçoms internas e externas desses aparelhos, sempre ao serviço das classes dominantes. Isto deu pé a que ENGELS sintetizasse no século XIX a definiçom dos Estados como *destacamentos especiais de homens armados*<sup>29</sup>. No plano internacional, *"organizam-se hierarquicamente em funçom do respectivo poder efectivo de cada um, poder que outorga a capacidade efectiva de concentrar capital acumulado no seu território, por oposiçom aos Estados rivais"*<sup>30</sup>.

Na formulaçom de WALLERSTEIN, a história dos últimos cinco séculos da humanidade cobra um novo sentido, à luz do qual pretendemos avaliar o que supugérom para umha característica que singulariza as sociedades humanas: a sua variedade lingüística e cultural, que nós reivindicamos como ingrediente necessário na definiçom de um novo contexto de relacionamento com base na justiça social. Já que, com TXEPETX, afirmamos que *"a normalizaçom de umha Comunidade Lingüística com vontade de ser cuja existência estiver ameaçada, interessa nom apenas aos falantes -presentes e futuros- da dita Comunidade, mas também ao conjunto dos cidadaos de um Estado e à humanidade em geral, porque orienta a sociedade na direcçom específica do desenvolvimento humano"*<sup>31</sup>.

Via de regra, os grandes Estados a que fazemos referência, quer os situados no centro do sistema, quer os periféricos, costumam caracterizar-se por ser a sua constituiçom prévia à existência da comunidade nacional ou naçom a que apelam para autojustificar o projecto socioeconómico que representam. De facto, o mais habitual é que no seu espaço territorial de referência incluam diversas comunidades que vem negado o seu ser em favor de umha delas, no caso dos Estados do

---

26.- I. WALLERSTEIN, (1999, p. 13).

27.- F. LETAMENDIA, (1997, p. 21).

28.- F. LETAMENDIA, (1997, pp. 24-25).

29.- In F. ENGELS, *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Ed. Avante, Lisboa. Desenvolvido posteriormente por V. I. LENINE in *O Estado e a Revoluçom*, compilada em *Obras Escolhidas*, Ed. Avante, Lisboa, 1980. P. 126 e seguintes. Contudo, ENGELS e LENINE referem-se com essa famosa definiçom à organizaçom superadora da velha organizaçom gentílica, entendida como regime da comunidade primitiva, prévia ao surgimento das classes. Nessa acepçom, o Estado é muito anterior ao aparecimento do capitalismo como sistema mundial.

30.- I. WALLERSTEIN (1999, p. 41, 42).

31.- J. M. SÁNCHEZ CARRIÓN "TXEPETX" (1987, p. 219).

centro, ou do próprio Estado colonial no caso dos Estados nascidos da aplicação do modelo estadual às áreas periféricas colonizadas pelas potências do centro do sistema mundial<sup>32</sup>. Assim, sabemos que na actualidade existem entre três mil e quatro mil línguas no mundo (segundo definirmos como dialectos ou idiomas muitas delas), e a correspondência em número de Estados é inferior a 200.

Som claros os exemplos do que dizemos no caso da Europa, onde praticamente nom há Estados que se correspondam com a geografia de umha única comunidade lingüística e, o que é mais grave, onde os direitos das diversas comunidades lingüísticas sejam respeitadas por igual. Polo contrário, som numerosíssimos ainda hoje os exemplos de Estados constituídos sobre territórios geograficamente descontínuos, ou de territórios contínuos divididos entre Estados, sendo também abundantes as desigualdades manifestas em favor da comunidade lingüística que sustenta a identidade "legítima" de cada Estado. Podemos citar o Estado francês, o inglês, o italiano ou o espanhol, como casos evidentes de projectos nacionais construídos em diversas etapas do capitalismo histórico sobre comunidades nacionais pré-existentes cujos direitos se vírom negados pola legitimidade do correspondente Estado-naçom<sup>33</sup>.

Na periferia do sistema mundial, a criação de Estados crioulos nom serviu para frear o aniquilamento protagonizado pelas potências coloniais. A maior arbitrariedade no que di respeito à correspondência entre Estado e naçom torna-se patente no número de línguas que costumam ficar submetidas à imposta polo colonizador. Assim, o Estado peruano tem na actualidade como referência no seu projecto nacional um território em que se falam 96 línguas<sup>34</sup>, no México falam-se 289 e na Colômbia 79, conhecendo-se a extinçom de doze, seis e dezanove respectivamente. Nom é preciso nesses casos lembrar que língua ocupa a posição dominante, mas servem para indiciar qual é a situação actual dos direitos lingüísticos neste mundo das liberdades<sup>35</sup>.

Dado que, como acabamos de ver, os Estados promovêrom historicamente a criação de naçons nos territórios que dominavam, por meio da uniformização lingüístico-cultural cuja cobertura filosófico-racional acabou sendo o modelo surgido da Revolução Francesa, nom é difícil perceber o papel que o sistema hoje hegemónico no globo tem jogado desde a sua irrupçom na história no que di respeito à diversidade lingüística das sociedades humanas. Mas podemos verificá-lo dando umha olhadela a alguns dados relativos à evoluçom, permanência e extinçom das línguas

32.- Em palavras de LETAMENDIA *"A delimitação do território do Estado pelas fronteiras cobra com o Estado-naçom um novo significado, sendo defendido pola força. Nom existem no Estado moderno fronteiras naturais, mas políticas. E nasce o conceito de inimigo interior, quando os espaços nacionais se encerram contra aqueles que se tornam em corpos estranhos dentro das suas fronteiras"*. F. LETAMENDIA (1997, p. 22).

F. RODRÍGUEZ (1991, p. 13) resume o processo de imposição do Estado-naçom na etapa que comentamos: *"Até o [século] XVIII nom abrange a política assimilacionista mais que muito pequenas camadas da população, que estão directamente vinculadas ao Estado centralizado imposto pola oligarquia do povo assovalhador. É a época em que se consegue a traiçom étnica das camadas dirigentes da etnia assovalhada (média e alta nobreza). A burguesia será assimilada no século XIX, porque o poder político-económico assim o exige, ou melhor, porque de havê-la, é um produto e umha causa do Estado centralizado. Também agora começará umha política estatal consciente destinada a arrasar a língua e os valores culturais das massas da etnia assovalhada"*.

33.- No caso da Espanha, se contarmos os territórios descontínuos incluídos no seu projecto nacional desde um ano antes da aprovaçom da Constituiçom de 1812, que na actualidade deixárom de pertencer ao Estado espanhol para constituírem Estados próprios, depararemos na surpreendente quantidade de vinte (Paraguai, Argentina, Chile, Peru, Bolívia, Uruguai, Venezuela, Equador, Nicarágua, Honduras, Costa Rica, El Salvador, República Dominicana, Guatemala, México, Cuba, Panamá, Colômbia, Filipinas e Guiné Equatorial). Ainda hoje, outros territórios à margem da continuidade territorial peninsular sob administração espanhola som as Canárias, Ceuta, Melilha e as Ilhas Balears, enquanto outros assentamentos territorialmente contínuos som soberanos a respeito do Estado espanhol: Portugal, Andorra e Gibraltar. Talvez estes dados nos ajudem a relativizar o carácter "sagrado", "eterno" ou "intocável" das fronteiras dos Estados-naçom, sobretudo se levarmos em conta que por volta de 78% dos Estados actuais se formárom a partir da independência de um Estado preexistente.

34.- Das quais, algumas "nom respeitam" as suas fronteiras. Assim, o quéchuwa fala-se nas suas diversas variedades, além de no próprio Peru, na bolívia, no Chile e na Argentina.

35.- Também o galego tem jogado historicamente o papel glotofágico que comentamos. No Brasil, levado polo imperialismo português, impujo-se progressivamente aos centos de línguas faladas naquele território, extinguindo umha parte, e deixando as restantes em situação muito precária. De facto, hoje quase se pode falar



sobre o nosso planeta nos últimos séculos<sup>36</sup>.

No continente europeu, como dixemos, é norma a desigualdade lingüística e Estados como o inglês, amiúde colocados como modelo de trajectória democrática, tenhem no seu haver a triste conquista unificadora de provocar a extinção do cónico, idioma céltico cuja derradeira falante morreu em 1777; além da minorização de línguas como o irlandês, o escocês, ou o galês, todas elas em grave perigo para a sua sobrevivência. A falta de correspondência entre comunidade nacional e Estado-nação provocou e provoca no velho continente que o alemão corra perigo na Alsácia, o sámi nos Estados escandinavos e o albanês na Jugoslávia e na Grécia, além do ocitano em França, o dinamarquês na Alemanha e o checheno na Rússia. Som, em quase todos os casos, conseqüências de longos processos históricos de extorsão cultural que ameaçam com consumir-se em favor da definitiva imposição do projecto nacional representado por cada um dos Estados implicados<sup>37</sup>.

Se olharmos a realidade de outros continentes, comprovaremos como na Ásia os processos de colonização primeiro e de industrialização e modernização depois produzirom grandes desfeitas em comunidades lingüísticas atrapadas nesses processos, ou nos de construção de novos Estados-nação de corte ocidental. Podemos exemplificar o que relatamos com a existência na Índia de umhas 1600 línguas, das quais só quinze tenhem algum tipo de reconhecimento oficial.

Na Oceânia, R. M. W. DIXON<sup>38</sup> relata que *"das aproximadamente 200 línguas que se falavam na Austrália antes da invasão europeia, por volta de 50 já estão extinguidas, tendo morrido os seus derradeiros falantes há alguns anos (...) Há mais 100 línguas que estão em vias de extinção. Algumas só som recordadas por algumas pessoas idosas, e deixarão de ser faladas ou recordadas dentro de muito poucos anos; outras som ainda aprendidas polos filhos de algumas famílias mas o número total de falantes é tam pequeno -algumas dúzias ou menos- que estas línguas semelham estar destinadas ao desuso em muito poucas gerações mais. Finalmente, talvez 50 línguas gozem de um relativamente bom estado de saúde, sendo faladas como primeira língua por alguns centenares (ou, nun ou dous casos, por alguns milhares) de falantes e preservando o seu uso na totalidade de labores quotidianos, cerimónias e rituais"*.

Nom é melhor a situação no continente americano, onde só no território sobre o qual se edificou a nação que hoje som os Estados Unidos, se falavam vários centos de línguas antes do extermínio dos povos índios. Na actualidade, das menos de 160 que sobrevivem, só 20 som faladas nalgumha medida por pessoas de qualquer idade; 30 só por adultos de diferentes idades; 60 por adultos de mediana idade e idosos; e 45 só polos mais velhos. Esta imagem e a sua projecção imediata no tempo dá-nos umha ideia da perda efectivada até hoje e do ritmo de desaparecimento da riqueza lingüística que continua nos nossos dias.

Na Mesoamérica, *"um número indeterminado de línguas extinguirom-se como conseqüência da conquista. Olhando o mapa da distribuição lingüística ao início do contacto, pode-se ver que excepto as línguas do norte, localizadas na realidade para além da Mesoamérica, a maioria das que desaparecêrom eram faladas por grupos que ocupavam pequenas zonas em regions de grande diversidade lingüística, nomeadamente ao longo da costa e zonas interiores próximas nos actuais Estados mexicanos de Guerrero, Michoacám e Colima. Na sua maior parte, as línguas*

---

de um território monolíngüe em português, levando em conta que, num país habitado por mais de cem milhões de habitantes, a maioria das mais de cento e cinquenta línguas americanas ainda faladas nom passam de uns poucos centos ou dúzias de falantes. Em poucos anos todo esse património lingüístico pode desaparecer com os seus derradeiros falantes. Em África, os colonizadores portugueses chamavam aos idiomas nativos «línguas de cans», o que dá ideia do respeito que lhes mereciam.

36.- Dados tirados de Carme JUNYENT (1993) e Barbara F. GRIMES (1996-99).

37.- Nom podemos deixar de referir-nos a processos soberanistas como os que durante o século XX independizárom, nuns casos através do uso da violência e noutros por via pacífica, a Islândia da Dinamarca em 1918, a Irlanda da Inglaterra em 1921, a Estónia, Letónia e Lituânia da URSS durante a década de oitenta ou a Eslovénia, Croácia, Bósnia, Eslováquia, e Chéquia ao longo da década de noventa, por só citar alguns casos conhecidos. Só na última década do século XX, por volta dos 25 países atingirom a independência no Planeta. Contudo, convém lembrarmos que a soberania nom sempre garante a normalização da língua ameaçada, como mostra o caso irlandês.

38.- ROBINS, R. H. & UHLENBECK, E. M., 1991.

*extinguírom-se durante os primeiros anos do século XVI sobretudo a causa da grande descida da população causada polas epidemias*<sup>39</sup>.

Quanto a África, calcula-se que há um total de 222 línguas conhecidas situadas em diferentes graus de minorizaçom que vam da sua já verificada desapareçom a diferentes graus de desnormalizaçom. De novo a criaçom de Estados a partir do modelo europeu foi origem de grandes desastres étnicos e de perdas irreparáveis no património cultural da nossa espécie.

Em 1990, MORENO CABRERA<sup>40</sup> calculava em 1.000 o número de línguas que desapareceriam nas duas décadas seguintes. Já decorrêrom dez anos desde essa estimaçom e nada indica que o processo se tenha invertido, senom mais bem intensificado na medida em que a assimilaçom particular ou regional que cada povo minorizado sofre por parte do Estado correspondente se vê reforçada pola universalizaçom do chamado "american way of life" como modelo sociocultural de referência num mundo unipolar, capitalista e neoliberal<sup>41</sup>.

Carme JUNYENT, citando BREZINGER, HEINE e SOMMER, fala das **mudanças no sistema económico**, o **número absoluto de falantes** e a **urbanizaçom**, como "factores recorrentes" nos processos de extinçom lingüística em África. Parece-nos necessário afirmar que esses mesmos factores estão presentes em qualquer contexto de minorizaçom, como chaves para a interpretaçom das fases em que CALVET divide a penetraçom de umha língua alheia na sociedade<sup>42</sup>. Repare-se que, nos tempos que vivemos, *"a população mundial, em conjunto, e pola primeira vez na história, está a piques de se converter numha população maioritariamente urbana"*<sup>43</sup>, o que liga o factor urbanizador com a tendência geral à perda da riqueza lingüística que historicamente caracterizou as sociedades humanas.

De resto, os factores apontados tenhem importância fundamental no processo de assimilaçom lingüística verificado na Galiza, sendo as nossas cidades exemplo histórico de como as mudanças económicas e a urbanizaçom associada às mesmas influem na variaçom do número absoluto de falantes. No extremo oposto, lugares da própria Galiza caracterizados polo assentamento rural e o estagnamento económico plasmado numha economia agrária atrasada, para além de sofrerem um envelhecimento populacional, mantemem estável até certa altura o modelo histórico diglössico, ficando como *maioritária* a língua *minorizada*. De tudo isto trataremos em páginas posteriores.

## 2.- Espanha e a negaçom da pluralidade lingüística das sociedades humanas

Parece-nos conveniente descer agora mais um nível para chegarmos ao espaço geográfico e político em que se insere a Galiza, o projecto de Estado-naçom espanhol. Umha aproximaçom à sua

---

39.- SUÁREZ, J. A. (1983, p. 163).

40.- MORENO CABRERA, J. C. (1990, p. 16)

41.- Outras estimaçons falam da perda de duas línguas por semana como ritmo actual. Em qualquer caso, calcula-se que a metade das línguas vivas som na verdade moribundas, polo que em duas geraçons a maior parte dos idiomas actuais poderám ter desaparecido. O que pode semelhar um exagero visualiza-se aginha que olharmos alguns dados significativos: 52% das línguas actuais som faladas por menos de 10.000 pessoas; 28% falam-nas menos de 1.000 pessoas; um outro 10% de idiomas actuais tenhem menos de 100 utentes. De outra parte, 10 línguas contam com 49% dos falantes nativos do planeta. Dados tirados de B. GRIMES (1996-99). Ainda assim, cumpre lembrarmos que o risco de desaparecimento de línguas nom está necessariamente relacionado com o número de utentes. Há pequenas comunidades lingüísticas de douscentos individuos perfeitamente viáveis enquanto nom forem funcionalmente invadidas pola política assimilista de um Estado, e outras em perigo de desapareçom apesar de contarem por milhons os seus falantes, ante a massiva perda de adesons e o enfraquecido espaço simbólico que as sustenta.

42.- L. J. CALVET (1974) fala de três etapas: a primeira de passagem da elite do território ao uso da língua alheia; a segunda, de extensom do conflito e partiçom de sectores da sociedade que aderem à língua invasora (relacionados com o mundo urbano e a suficiência económica) face ao resto; e a terceira, em que culmina o processo de assimilaçom com a extensom a todas as camadas sociais da língua imposta e perda da própria.

43.- X. M. BEIRAS e A. LÓPEZ (1999, p. 40).

realidade de conjunto pode ajudar-nos a perceber melhor a situação actual do nosso próprio país e da sua língua, na medida em que a pertença da Galiza a esse Estado a tem condicionado historicamente de maneira determinante.

O Estado unitário nasceu com a instauração do absolutismo nas chamadas "nações imperiais marítimas", tais como França, Inglaterra, Portugal, Castela ou Dinamarca. No caso espanhol, o projecto imperial dos Habsburgo ocupou um papel económico central na Europa da primeira metade do século XVI, com uma expansão comercial transatlântica e grande influência política no velho continente. Lembremos, com WALLERSTEIN, que nos Estados do Centro da economia mundial nessa altura histórica "a criação de um forte aparelho de Estado unido a uma cultura nacional, fenómeno amiúde chamado integração, serve como mecanismo para proteger as disparidades surgidas no seio do sistema mundial e como máscara ideológica justificadora da manutenção de tais disparidades".

A Espanha de Carlos V parecia cumprir a primeira das premissas -forte aparelho de Estado- mas é claro que estava ainda longe de conseguir essa eufemisticamente chamada "integração" numa única cultura nacional, dado que, para além dos territórios coloniais "externos", na própria península acolhia várias culturas nacionais: pelo menos a galega, a catalã e a basca. Posteriormente, chegou mesmo a abranger o território português, o que dificultou mais ainda essa simplificação pretendida à volta do projecto nacional espanhol nucleado pela cultura e língua castelhanas.

A partir da segunda metade do século XVI, Espanha perdeu fôlegos tanto no plano económico quanto político no palco internacional, deixando de ocupar um lugar entre os mais poderosos do centro da economia-mundo em favor de outras potências concorrentes: França, Países Baixos, Inglaterra,...

O declínio progressivo espanhol imbuíu áreas internas como a Galiza de um retrasso crónico, ao empecer um desenvolvimento endógeno, toda vez que as classes dominantes galegas foram já extirpadas do território no início do processo de unificação estatal que comentamos. Não existia iniciativa própria como formação social autónoma, senão uma permanente dependência de centros de decisão alheios às classes sociais que detinham um interesse objectivo no progresso nacional da Galiza<sup>44</sup>. Umhas classes despossuídas até o ponto de, confirmando a sentença muito posterior de Karl MARX referida ao proletariado, ficarem sem pátria.

A revolução industrial implica uma maior hierarquização do espaço estatal. O Estado espanhol não passa de ser uma área periférica do centro capitalista, caracterizado por uma tardia incorporação à fase industrial das suas camadas dirigentes, o que lastrou o desenvolvimento do conjunto. J. M. BEIRAS expõe no seu já clássico *O Atraso económico da Galiza* que "umhas quatro quintas partes das maiores indústrias galegas som posteriores à guerra civil"<sup>45</sup>. A função da Galiza na precária incorporação espanhola ao capitalismo industrial no século XIX impôs-lhe um papel de fornecedora de matérias primas e alimentos aos centros económicos existentes no Estado. É o tantas vezes descrito "colonialismo interior"<sup>46</sup>, "colonialismo interno"<sup>47</sup> ou "capitalismo colonial"<sup>48</sup> que afecta também à Bretanha e à Ocitânia em França, ou ao Mezzogiorno na Itália<sup>49</sup>, por citar contextos próximos.

---

44.- A. LÓPEZ CARREIRA (1998, pp. 56-61), cita duas ocasiões em que a formação social galega "foi capaz de exercer a sua soberania, de actuar com critérios diferentes aos de Castela", apesar de achar-se já imersa no processo a que vimos fazendo referência: Trata-se da *Revolução Irmãzinha*, entre 1466 e 1469, em que a nascente burguesia urbana tentou liderar a derrubada do poder feudal; e a própria revolta contra a imposição por parte dos Reis Católicos do poder centralizado em Castela (1475-1483). A derrota dos nobres galegos rebeldes supuiu o fim da soberania efectiva da Galiza, por mais que formalmente mantivesse o título de Reino durante séculos.

45.- X. M. BEIRAS, (1995, p. 162).

46.- X. M. BEIRAS, (1995, p. 68).

47.- F. LETAMENDIA, (1997, p. 24).

48.- R. L. SUEVOS, (1990, p. 89).

49.- F. LETAMENDIA, (1997, p. 24).

Outros espaços lingüísticos e culturais sob administração espanhola, como o basco ou o catalám, caracterizam-se pola maior permanência no tempo de instituições nacionais face à assimilação castelhana, o que livrou a Catalunha por exemplo dos Séculos Escuros galegos e da perda de memória colectiva que implicárom entre nós. A sua situação geográfica e a presença na fase que comentamos de umha burguesia nacional catalá, e de um elemento fundamental para o desenvolvimento capitalista no século XIX em Euskal Herria -o ferro-, fijo de ambas nações centros económicos nom coincidentes com o centro político do Estado.

O projecto identitário espanhol viveu o seu derradeiro grande momento de exaltação patriótica na guerra contra a invasom napoleónica. A partir daí, aprofundou numha crise tantas vezes referida e recriada polos seus escritores e intelectuais, com as guerras carlistas, a perda das colónias em 1898, e mesmo a guerra civil no século seguinte, que se bem supujo a vitória do espanholismo mais agressivo e reaccionário, nom conseguiu resolver a problemática da identidade espanhola nem pola via do aniquilamento físico dos sectores negadores dessa identidade.

A demora na instauração do Estado burguês e o parêlho desenvolvimento das indústrias catalá -têxtil- e basca -ferro- fornecêrom sustento económico a umhas burguesias só parcelarmente incorporadas à *invençom de Espanha*, um projecto em crise permanente e necessitado para afirmar-se da assimilação das outras nacionalidades que inclui no seu espaço territorial. Eis o motivo de nessa mesma altura, no século XIX, começarem a tomar forma os movimentos nacionalistas galego, basco e catalám como projectos nacionalitários alternativos<sup>50</sup>. Eis o motivo de os três darem grande protagonismo à reivindicação lingüística face ao papel da língua castelhana como símbolo imposto dessa unificação forçada -e fracassada- que representa Espanha.

É neste quadro histórico que devemos situar a política lingüística desenvolvida polo Estado espanhol desde que começou a configurar-se como projecto monocultural castelhano, ou seja, desde os seus inícios. E é assim que se explicam discursos e atitudes dos seus vultos literários e intelectuais mais significativos, unánimes na condena de qualquer tentativa, por tímida que fosse, de dar transcendência pública ao galego para além do papel folclórico-costumista<sup>51</sup>. A própria burla sistematizada em forma de tópico literário da figura galega na literatura castelhana, reforçada já a partir do renascimento "espanhol" do século XVI e sobretudo XVII, responde a essa vontade<sup>52</sup>.

Umha ferramenta de primeira ordem na implantação da língua oficial nos territórios em que um outro idioma ainda gozava de certa vitalidade, foi o sistema de ensino liberal. Já no *Informe de la Junta creada por la Regencia para proponer los medios de proceder al arreglo de los diversos ramos de Instrucción Pública*, redigido por Manuel José Quintana em 1813, se afirma que "*debe pues ser una doctrina en nuestras escuelas, y unos los métodos de su enseñanza, a que es consiguiente que sea también una lengua en que se enseñe, y que ésta sea la lengua castellana*"<sup>53</sup>.

Face aos argumentos pedagógicos empregados nas comunidades agredidas por esta política, para defender a inclusom das línguas próprias no ensino, o sistema nom duvidava em recorrer ao mesmo

50.- Outros Estados europeus vem surgir projectos de recuperação lingüística e nacional, com outras circunstâncias particulares sempre enquadradas no desenvolvimento do capitalismo industrial a que já temos feito referência. Assim acontece na Frísia e na Flandres, por só citarmos dous exemplos pertencentes à área lingüística germânica (na Holanda e na Bélgica, respectivamente). O movimento frisom alça-se contra a imposição do neerlandês, enquanto o flamengo o fai ante o assimilismo francófono e procura o apoio holandês mediante umha estratégia reintegracionista finalmente triunfante, que unificou as variedades holandesa e flamenga da língua neerlandesa.

51.- Veja-se a este respeito E. TORRES (1999) e F. RODRÍGUEZ (1988, p. 339 e seguintes).

52.- X. CARAMÉS MARTÍNEZ (1993, pp. 90, 91) pom em relação a "*nova perspectiva que adquire a língua romance, e que tem que ver com o auge dos nacionalismos na Europa*", com a literatura popular como fonte de inspiração para a literatura de autor, e com o próprio "*nascimento dum espírito nacionalista que em Espanha começara com os RR. CC. e que de contado é assumido por umha grande parte da intelectualidade da época*".

53.- Citado por N. DE GABRIEL (1988, p. 44).

54.- O próprio Manuel José Quintana, defensor da imposição do castelhano, apela ao argumento pedagógico para deslocar o latim do espaço cultural que ainda ocupava: "*La lengua nativa es el instrumento más fácil y más a propósito para comunicar uno sus ideas, para percibir las de los otros, para distinguirlas, determinarlas y compararlas*". Citado por N. DE GABRIEL (1988, p. 44)

argumento para justificar a substituição do latim pelo castelhano como língua de cultura, o que levava o discurso oficial referente à língua escola a umha irresolúvel contradição interna<sup>54</sup>. É este um dos terrenos em que melhor se transparece a tentativa uniformizadora do Estado, ao serviço da construção de um espaço nacional espanhol, ao tempo que se explica a necessidade de as comunidades afectadas pola mesma se afirmarem com urgência.

Dado que o ensino nom chegava ao conjunto das populações rurais, outros mecanismos colaboraram para garantir nom apenas o contacto com a língua oficial, mas -sobretudo nessa altura- para sementar entre os povos periféricos o reconhecimento da sua superioridade funcional e simbólica. O modelo liberal de exército, através da universalização do serviço militar, serviu para este fim ao garantir o contacto com a língua espanhola e reforçar o sentimento de inferioridade de aqueles que nom a falavam. A ele devemos também sem dúvida boa parte do défice de autoestima lingüística ainda hoje generalizado entre o nosso povo.

### **3.- Para um diagnóstico actualizado da situação sociolingüística galega**

#### **3.1.- A história explica o presente**

Como viveu a Galiza esses longos séculos de negação e marginalização, de aproveitamento dos seus recursos em função do fortalecimento de um projecto que a negava como comunidade viável em todos os planos da vida social? Será que se trata de um continuum que responde à mesma caracterização sociolingüística -a tam recorrida "situação diglósica"-, ou existem mudanças salientáveis que afectem à comunidade lingüística galega?

Estamos convencidos de que a resposta destas questões pode orientar-nos para conhecer, primeiro, a relação histórica entre língua e sociedade na nossa terra, e a actualizar, a seguir, um diagnóstico para os tempos que vivemos, que nem som os dos Séculos Escuros, nem os do Rexurdimento ou a Geração Nós; nem sequer vivemos os tempos da chamada Transição pós-franquista. Estas afirmações, que semelham verdades de pé de banco, acham justificação na persistência da descrição sociolingüística actual a partir de esquemas que reflectem a situação de umhas décadas atrás, o qual nom se corresponde, segundo trataremos de evidenciar, com o estado actual do galego na Galiza.

#### **3.2.- Evolução social e língua na Galiza do século XIX**

Podem-se citar exemplos de como se efectivou a desarticulação da nossa comunidade lingüística e nacional partindo de um olhar à sua história nas últimas centúrias. De facto, muitos dos males hoje tidos por endémicos na sociedade galega acham a sua origem e explicação no papel historicamente jogado pola Galiza no contexto espanhol, a começar polo tam doestado minifundismo do campo galego ou em geral a desarticulação social da Galiza rural, mais tarde transplantada à cidade. O certo é que tradicionalmente foram habilitados na Galiza mecanismos sociais que evitavam a generalização da parcelação de terras, como a melhora. Foi o processo seguido pola propriedade rural com as desamortizações e outras medidas jurídicas e económicas efectivadas de costas aos verdadeiros interesses e necessidades do campo que liquidaram modos de funcionamento tradicional, e nom precisamente para substituí-los polo progresso da industrialização através da criação de umha burguesia encarregada de dirigir tal processo<sup>55</sup>. Umha desarticulação, enfim,

---

55.- X. M. BEIRAS, (1995, pp. 110 e 111).

também atribuível para além do imaginário camponês e dos traços antropológicos galegos, a decisões bem concretas da Administração espanhola, como pode ser o nome reconhecimento jurídico da paróquia, factor de merma na coesão social, dada a *"disfuncionalidade da Administração Local espanhola relativamente à organização institucional espontânea da nação"*<sup>56</sup>.

Nom é por acaso que ilustramos o declínio histórico da comunidade galega situando-nos no século XIX, pois representa um ponto de inflexão importante no percurso secular da sua consciência lingüística, e o limiar de uma série de mudanças estruturais na sociedade, com importantes conseqüências quantitativas na dinâmica de grupos sociolingüísticos galegos. Um percurso que FREIXEIRO MATO esquematiza no que toca ao estatuto social do idioma dividindo-o em "sete séculos de normalidade" e "cinco séculos de conflito"<sup>57</sup>.

Deparamos nessa altura com uma novidade na subjectividade de uma parte da intelectualidade galega. Uma intelectualidade maioritariamente adscrita à pequena burguesia, que pela primeira vez desenvolve um labor colectivo, numericamente minoritário, pertencente a diversas tendências ideológicas, desde as liberais progressistas até as moderadas e mesmo conservadoras, mas de uma importância simbólica fundamental para o que há de ser o desenvolvimento posterior do nacionalismo galego. Um nacionalismo, lembremo-lo, para o que sempre o idioma foi bandeira de todo aquilo que compunha -e compom- a identidade galega. Infelizmente, nem a incipiente burguesia industrial, nem a "tradicional" burguesia mercantil assumiram a sua condição galega, o que acha explicação na estrutura económica que as vincula de modo subsidiário e dependente com a oligarquia espanhola<sup>58</sup>. De maneira que, como afirma CARVALHO CALERO, *"se no tránsito da Idade Média para a Idade Moderna se castelhanizou lingüisticamente a nobreza, no tránsito da Idade Moderna para a Contemporânea castelhanizou-se a burguesia"*<sup>59</sup>. Nom é alheia a esse desprezo pelo "particular" a ideologia liberal uniformizadora emanada da Revolução Francesa<sup>60</sup>, com a extensão do seu aparelho administrativo centralizado durante o século que comentamos.

Já do século anterior ao surgimento do incipiente galeguismo, cujo arranque situa X. R. BARREIRO em 1840<sup>61</sup>, conservamos análises críticas da situação da língua, com base em factores históricos e sociais, dentre as que destacam as do Padre Sarmiento:

*"No pocas veces he pensado en cuál ha sido la causa de que en Galicia se haya introducido el uso o abuso de escribir en castellano, lo que antes se escribía en latín o gallego... No habiendo precedido ni concilio ni cortes, ni consentimiento uniforme de los gallegos para actuar, otorgar, comerciar en lengua castellana ¿Quién lo introdujo? La respuesta está patente que Galicia llora y llorará siempre: no los gallegos sino los no gallegos que a los principios del siglo XVI inundaron el reino de Galicia, no para cultivar sus tierras, sino para hacerse carne y sangre de las mejores y para cargar con los más pingues empleos así eclesiásticos como civiles.*

*Ellos han sido los que por no saber la lengua gallega ni por palabra ni por escrito, han introducido la monstruosidad de escribir en castellano para los que no saben sino el gallego puro"*<sup>62</sup>.

56.- R. LÓPEZ-SUEVOS (1990, pp. 90 e 91) explica a importância dessa desconsideração pela Administração espanhola da organização local tradicional como factor no grave problema económico e ambiental representado pelo lume florestal na Galiza.

57.- X. R. FREIXEIRO MATO (1997).

58.- Papel típico das classes dirigentes em países dependentes no momento de consolidação dos Estados-nação, que LETAMENDIA (1997, p. 26) define deste modo: *"O Estado pode estabelecer relações de clientelismo (isto é, uma aliança utilitária entre dois interlocutores de status desigual em que o patrom outorga protecção ao cliente em troca da sua submissão) com as elites periféricas, erigindo estas no seu interlocutor privilegiado e tornando-as em mediadoras das massas camponesas."*

59.- R. CARVALHO CALERO, (1979, p. 144).

60.- É curioso a este respeito comprovar como a Revolução francesa, em nome de princípios como a igualdade jurídica, a liberdade, a soberania popular, o sentimento nacional e o direito dos povos a disporem de si próprios, serviu para deslegitimar a existência prévia de povos diferenciados no interior das fronteiras dos modernos Estados, identificando-os com o Antigo Regime, e negando-lhes qualquer direito baseado na tradição ou a história. Daí que acabasse servindo de cobertura ideológica de projectos radicalmente centralistas.

61.- X. R. BARREIRO, (1981, p. 324).

62.- Citado por X. R. BARREIRO, (1981, p. 328).

Certificamos portanto o facto de o idioma adquirir categoria política desde os primeiros anos do século XIX. Nom entraremos na análise da funcionalidade lingüística no conjunto do país durante esta centúria<sup>63</sup>, mais que para tratar de enquadrar as grandes tendências sociolingüísticas no curso das relações sociais e económicas que regista a Galiza decimonónica. A situação objectiva da comunidade lingüística galega nom apresenta em princípio grandes novidades quanto a uso social se comparado com os séculos anteriores. Isto é devido a que o corpo social conserva as funções sociais identitária, familiar, laboral e local, quer dizer, aquelas mais definitórias das línguas de transmissão natural. As restantes funções som monopolizadas polo espanhol, se exceptuarmos a leve irrupção do nosso idioma na literatura e noutras manifestações da vida cultural em que mantivera umha presença precária<sup>64</sup>.

O primeiro dado a ter em conta na história contemporânea galega é a total dependência dos seus traços caracterizadores a respeito de factores exógenos, o que torna patente a total desmembramento do corpo social como parte de umha periferia de umha periferia, pois já temos comentado brevemente o papel lateral da Espanha no concerto capitalista europeu da altura. Assim, circunstâncias fora do controlo de qualquer agente interno à formação social galega determinam súbitos crescimentos demográficos em 1898 (repatriação massiva de Cuba e Porto Rico), igual que mais tarde pola crise mundial de 1929, ou mesmo a ré-ruralização do país devida à posguerra civil<sup>65</sup>. Nom é preciso lembrarmos que a repatriação foi devida à prévia e brutal emigração, sintoma evidente da incapacidade que, de maneira induzida pola dependência, mantivo a nossa nação paralisada ante a chegada dos países avançados à nova fase de desenvolvimento capitalista.

É também a ausência de novidades estruturais na formação social galega que determina a estabilidade da partição funcional no uso entre galego e espanhol. Ao contrário do que concluem certas análises idealistas próprias das primeiras etapas da evolução do discurso galeguista, hoje podemos afirmar que a conservação do galego durante séculos como "*língua camponesa -e marinheira- do meu povo*"<sup>66</sup> nom se deveu tanto à persistência patriótica das classes populares ante o afam espanholizador dos centros de poder, quanto mais bem às próprias condições derivadas de o nosso país ficar praticamente isolado de toda inovação que, indefectivelmente, penetrava da mão do espanhol. Começando por umha indústria e um comércio impulsionados em boa medida por burguesias foráneas, ou o próprio Estado centralizado, com a sua incipiente burguesia administrativa como referência de modernidade, bem como a chegada da imprensa escrita, ou com um acesso à educação que na nossa terra se produziu a um ritmo mais lento, percentual e cronologicamente, do que acontecia noutras latitudes do Estado espanhol<sup>67</sup>.

---

63.- Para umha análise em profundidade dos usos do galego no séc. XIX, veja-se FREIXEIRO MATO (1997) e PORTAS (1997).

64.- L. TATO (1999, pp. 9 e 10), julga provável a encenação de autos e comédias em galego durante os Séculos Escuros "*em vilas pequenas, onde os recursos económicos nom permitiriam a contratação de companhias profissionais*" Referindo-se à confraria do Sacramento de Padrom, em 1566, e anos sucesivos, afirma que "*tendo em conta a data em que se representárom estes autos e a origem do dramaturgo, o mais provável é que fossem escritos em galego, posto que tinham que ser representados polos vizinhos, e que havia castigos e multas para os que se negassem a trabalhar como actores.*"

65.- X. R. BARREIRO, (1981, p. 15).

66.- Com efeito, define melhor tal apelativo a classe em que se conservou o idioma do que o da *língua proletária* usado por Celso Emilio, pois nos núcleos urbanos operários a língua irá perdendo presença à medida que os camponeses se vão integrando na condição proletária, mais alá da permanência do "proletariado simbiótico" definido por LÓPEZ SUEVOS. De facto, o processo de substituição avançou ao longo do século XX à medida que o emprego no sector secundário -e terciário- foi crescendo e descendo a população activa adscrita ao primário.

67.- M. PORTAS (1997) achega o dado comparativo para 1860 entre a existência como média do Estado de umha escola por cada 841 habitantes, enquanto na Galiza a rácio é de umha escola por cada 1484 habitantes. Narciso DE GABRIEL (1988, "Escolarização e prática lingüística na Galiza rural do século XIX", *Agália* 1988, pp. 35 a 55) afirma que na população infantil galega compreendida entre os quatro e os treze anos, a percentagem inscrita nas escolas públicas ou privadas era de 38'42% em 1885, sendo de 50'50% entre os meninos e de 26'19% entre as raparigas. Segundo os seus dados, 50% da população infantil galega nom tinha nesses anos nenhum tipo de contacto com a escola. Com efeito, a generalização do nível primário do ensino nom se efectiva até meados do século XX. X. R. BARREIRO (1982) acrescenta que entre 1840 e 1880 o analfabetismo na Galiza rural atinge 70% na população adulta masculina e 98% na feminina.

A respeito da lenta introdução do ensino centralista na Galiza, Narciso DE GABRIEL (1988) documenta o desinteresse dos pais no mundo rural decimonónico polo ensino do espanhol nas escolas *de ferrado* e nas *públicas incompletas*. Ele mesmo explica-o pola falta de motivações actuantes nesse senso numha população condenada a perpetuar o papel produtivo num sector agrário cronicamente subdesenvolvido. Unicamente se veria a necessidade do espanhol na perspectiva da emigração, argumento igualmente empregado por sectores ilustrados para justificar a imposição do espanhol na Galiza<sup>68</sup>. Nom há dúvida de que o facto de nom se julgar necessário o aprendizado do espanhol em função do rol social desenvolvido pola maioria da população galega, nom impede que se veja a superioridade da língua oficial, na medida em que acompanha o progresso das minorias urbanas que ocupam posições socioeconómicas de privilégio. Ou polo simples facto de ser o idioma da administração e, portanto, da autoridade, o que em meios urbanos o introduziu mesmo como marca, mais que de um progresso social, de umha vontade do mesmo.

É este um exemplo de como som as estruturas socioeconómicas que condicionam a consciência lingüística e a própria permanência da língua do país. A introdução do ensino em espanhol, para além de nom alcançar umha maioria do povo rural galego, nom podia impor-se a umha realidade que nom o demandava. O modelo elitista a imitar quanto ao comportamento lingüístico nom se encontrava nesse espaço, senom no referido hábitat urbano. Polo contrário, a universalização do ensino em épocas mais recentes, ao lado de mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento galego, tenhem posto de manifesto umha muito maior eficácia uniformizadora da escola espanhola na Galiza, sempre acompanhando o ritmo de urbanização da nossa sociedade ao longo do século XX.

Com efeito, a entrada em jogo desses factores espanholizadores nom agiu no sentido de democratizar a sociedade permitindo a livre eleição de língua, como afirmam sem ficarem corados os ideólogos do "bilingüismo limpo" na actualidade. Igual que o modo de vida rural incluía o galego como ingrediente consubstancial, resto do que algum dia fora idioma de cultura de toda umha sociedade, a penetração progressiva de inovações também nom deu lugar à eleição e supujo o avanço inescusável no caminho da substituição lingüística, por mais que se "cooficializasse" o galego e hoje se chegue a permitir a sua escolha parcial de maneira individual. Mesmo a introdução do galego no ensino como língua veicular nom serviria por si só para regaleguizar a sociedade sem outras transformações sociais de fundo calado, pois poderia provocar o mesmo rechaço passivo que provocou a castelhanização no mundo rural do século XIX, se nom se lhe ver utilidade<sup>69</sup>.

Daí que a via para anular a possível concorrência do galego como língua de uso social ante a chegada de novas actividades veiculizadas polo espanhol poucas vezes precisasse de umha repressão explícita em forma de legislação punitiva. A inevitável associação entre o código lingüístico e a actividade social que veicula garantiu em todo o momento umha "actualização" de aquelas pessoas que acediam a essas novas actividades que representavam o possível ascenso social, ficando igualmente caracterizadas aquelas que, incapazes de alcançar o ascenso, permaneciam ancoradas no uso do código inferior. De igual maneira, os factos relativizam a existência de umha legislação favorável a um idioma minorizado como medida normalizadora, quando as condições sociais que lhe atribuem o rol de "insuficiente", "desnecessário" ou similar, se

---

68.- Narciso DE GABRIEL, (1988, p. 47), cita da obra de Luís Otero y Pimentel *En honor de Galicia. Estudio sobre los problemas de la Enseñanza y Emigración* (1907) o seguinte trecho significativo: *"mientras que los gallegos, por unas causas o por otras, tengan que emigrar a otros países, lo que conviene y hay que procurar es que salgan del suyo bien instruidos en el idioma nacional, y aun, si es posible, en alguno de los extranjeros más usuales en el comercio, que es como podrán competir ventajosamente con los de los países más cultos, y demostrar con los hechos, que no somos tan ignorantes como muchos nos suponen"*.

69.- De facto, e sem podermos falar na actualidade de algo sequer semelhante ao papel veicular do galego no ensino, o rejeitamento que nom raro se dá em certos pais ante a galeguização de algumas matérias, pode ser explicado em parte por essa manifesta inutilidade na "vida real", ao nom se acompanhar de umha política lingüística global conducente a criar a necessidade social do galego.



mantenham intactas ou sem mudanças significativas quanto à consciência lingüística da colectividade<sup>70</sup>.

Ao longo do século XIX, a Galiza manteve o carácter rural de maneira quase absoluta. Em meados de século, o índice de ruralidade atinge 90%, e nas províncias de Lugo e Ourense, a percentagem alcança 95%. Um povoamento rural correspondente a uma economia eminentemente agrária e atrasada, com um índice de população activa agrária ainda de 85'8% em 1900, quando nos países mais avançados da Europa se situava já entre 30% e 45%, e mesmo as médias de Estados periféricos como o espanhol ou o italiano superavam entre 60% ou 65% do total<sup>71</sup>. A falta de alternativas internas é que explica a saída do país ao longo do século de uns 900.000 galegos na sangria migratória.

A frustrada industrialização na Galiza do século XIX, devida entre outras razões à falta de uma reforma agrária que garantisse que o excedente fosse investido no mercado e na indústria em lugar de continuar a engordar as classes rendistas, é a chave económica que explica a conservação de um modelo social continuador de etapas históricas já superadas noutros países nessa mesma altura. A descapitalização da fraca burguesia atraída pelas desamortizações em curso, ante a perda do mercado americano e a crise europeia prolongada na Galiza mais alá da data de 1848 em que concluíra noutras áreas, ajuda também a explicar o estagnamento galego. Como também o fai conhecermos a política económica do Estado espanhol, em cujo desenho se priorizam determinadas áreas para protagonizarem o desenvolvimento industrial pendente: País Basco, Astúrias, Catalunha e um sector do Levante som as áreas escolhidas, ficando o nosso país, com outros espaços do Estado, encarregado de fornecer mão de obra aos novos centros industriais, e de contribuir para a consolidação dessa aposta centralista através de um sistema fiscal que se apoia sobretudo no sector agrário em benefício das áreas industrializadas.

Pensamos que som todos esses factores socioeconómicos, ao lado do puramente físico da sua situação geográfica marginal a respeito de outras áreas de progresso, que explicam a maior conservação do idioma no nosso país do que nos restantes minorizados pelo Estado espanhol ou noutros territórios em que na altura se edificavam uniformizadores projectos de Estado-nação. Tese, de resto, confirmada polos progressivamente maiores desequilíbrios internos entre certos focos industrializados na costa (Vigo, Corunha, Ferrol, Vila-García,...) e as despovoadas zonas do interior das quatro províncias, nomeadamente de Lugo e Ourense (descontando as capitais de província e contadas vilas cabeceiras de comarca e/ou industrializadas ou dotadas de serviços). Os primeiros vão avançar em maior medida o uso do espanhol, por mais que mantivessem o galego justamente nos espaços rurais e actividades agrárias, e as segundas

---

70.- Algo que define a situação actual do galego, na medida em que sabemos que a *Lei de Normalização*, cujos objectivos ficam longe de procurarem um papel hegemónico para a língua própria da Galiza, nom se cumprem em âmbitos tam importantes como o ensino, a toponímia, ou mesmo a escolha por parte do administrado da língua de relação com a administração. A dificuldade ou até impossibilidade de fazer do galego veículo expressivo "suficiente" leva à frustração da aprendizagem e à merma da consciência lingüística imprescindível para manter aceso o facho da recomposição do espaço simbólico galego. Nesse contexto, afirma SÁNCHEZ CARRIÓN (1987, p. 383): *"Umha elite de poder sagaz pode inclusive permitir-se a concesom à comunidade lingüística subordinada de leis ambíguas, pseudonormalizadoras e aparentemente protectoras do património lingüístico da comunidade desarticulada, já que nesta, em virtude da sua própria desarticulação, as aspiraçoms máximas da maioria som sempre muito inferiores aos requerimentos mínimos"*.

Na mesma linha, Julen AREJOLALEIBA (1990) afirma ao respeito: *"Se nom existirem comunidades lingüísticas que realmente sintam a necessidade pessoal e grupal de viverem em euskara, se nom formos capazes de criar este sentimento, de bem pouco serve lançarmos pelotas fora e julgarmos que algum dia se há de chegar a criar consciência lingüística "por decreto lei". (...) "As discriminaçoms legais portanto, terám de ser combatidas ao seu devido momento, quer dizer, ao consolidar umha comunidade lingüística heterogénea e consciente da sua capacidade de açom. Ao nom existir núcleo nengum monolingüe em euskara, se nom se for criando esta necessidade social, a mudança legal nom oferece nengum tipo de garantias. Na grande maioria dos processos de normalização e de substituição lingüística, a jurisprudência nom é a causa mas um efeito."*

Por seu turno, J. L. ÁLVAREZ ENPARANTZA (1995) apresenta um bom número de exemplos históricos de como a legislação pode ser insuficiente se for contra tendências sociológicas que nom som modificadas.

Entre nós, P. GARCIA NEGRO (1999) tem afirmado: *"outorgam-se direitos com tal de que nom se exerçam"*.

71.- Veja-se Edelmiro LÓPEZ IGLÉSIAS (1995, pp. 375 a 403).

registam ainda hoje um maior nível de uso social do galego<sup>72</sup>. E, correlativamente, som as áreas urbanas -e as pessoas mais novas- que manifestam atitudes mais favoráveis ao idioma -embora seja de jeito passivo-.

A grande quantidade de preconceitos ligados ao próprio idioma tem a ver com a identificação entre o atraso socioeconómico e o código lingüístico que, em boa medida, o representa. É fulcral nessa identificação a concorrência de um outro código a que só umha minoria tem acesso<sup>73</sup>. Salientam no século XIX a identificação do galego como simples "dialecto", representante de umha cultura inferior, e inútil ante a necessidade de procurar trabalho "fora". Chega-se a assumir como natural a necessidade de emigrar por razons económicas, exercendo de novo um factor socioeconómico o efectivo labor destrutivo da mais mínima autoestima<sup>74</sup>.

Foi à luta por combater essas crenças que o galeguismo destinou boa parte das suas energias desde os inicios da sua actividade e durante todo o século XX, ainda que a realidade esmagadora da situação do país e a pressom ideológica dominante dificultárom umha conscientização que sempre ficou reduzida às minorias.

Quanto à caracterização dos grupos sociais segundo a sua posição como utentes de um ou outro códigos, partimos de umha sociedade em que o galego era língua muito maioritária, embora sofresse um processo de minorização relativamente estabilizado polo próprio estagnamento das forças produtivas galegas num estágio pré-industrial. A minoria espanholfalante ocupava posições localizadas social e espacialmente, excepto naqueles focos acima referidos em que se desenvolviam actividades de tipo industrial, que avançavam o que seria a base de umha novidosa permeabilização da presença espanhola na Galiza ao atrair para esses centros industriais (escassos) população procedente do âmbito rural.

De um certo conhecimento passivo do espanhol maioritário tradicionalmente, passará-se a umha diversa gradação de bilingüismo nos imigrantes às cidades ou os habitantes das suas periferias ou de vilas próximas. Na medida que, ao longo do século seguinte, as etapas de desenvolvimento económico cheguem à Galiza, a balança demolingüística irá abalando do lado de um *semibilingüismo primário* ou *natural* (A/A) que, com a introdução do ensino em espanhol e de outros meios e domínios em que esse é o idioma de acesso, se transformará em *bilingüismo diglósico* ou *substitutivo* (A/AB).

### 3.3.- Século XX na Galiza: avanço ou recuo?

É significativo repararmos na evolução do monolingüismo em galego desde o século XIX até o último quartel do século XX. Os dados do *Mapa Sociolingüístico Galego* mostram que em 1877 o grupo de falantes habituais de só galego estava próximo de 90%, o que confirma estarmos ainda ante umha situação de conservação da tradicional distribuição sociolingüística na nossa sociedade. Mas confirma-se também a proximidade de um ponto de inflexão que marca a queda contínua desse grupo, fundamental na vitalidade mantida polo galego durante séculos de marginalização. A grande descida na percentagem de monolíngües em galego, iniciada já em 1877, produz-se a partir de 1924 e até 1947 primeiro, e de 1967 à actualidade depois. Ao tudo,

---

72.- Para o conjunto da Galiza, o *Mapa Sociolingüístico Galego* (MSG) reflecte umha percentagem de espanholfalantes habituais de 71'9% face a 37'7% de galegofalantes, no hábitat urbano. Nos núcleos de menos de 2.000 habitantes, a correlação é de 21'3% maioritária ou exclusivamente espanholfalantes habituais frente a 78'6% galegofalantes; e nos lugares de menos de 2.000 habitantes e hábitat disperso, 10'3% face a 89'7% de 2.000 habitantes, a correlação é de 21'3% maioritária ou exclusivamente espanholfalantes habituais frente a 78'6% galegofalantes; e nos lugares de menos de 2.000 habitantes e hábitat disperso, 10'3% face a 89'7% respectivamente. O contraste é, como se vê, marcado segundo figermos referência à língua do campo ou a da cidade.

73.- Com efeito, noutras áreas do Estado espanhol atrasadas e monolíngües, a língua nom é alvo das frustraços colectivas, e unicamente a realidade intra-lingüística dos níveis de língua serve para marcar os diferentes grupos ou classes.

74.- Para um repasso dos preconceitos actuantes na sociedade galega do século XIX, postos em relação com a consciência lingüística da Galiza de fins do século XX, veja-se F. RODRÍGUEZ (1989, pp. 663 a 670).

falamos da perda de um 70% de população monolíngüe entre 1877 e 1974 (de 88'5% a 17'5%). Quanto ao monolíngüismo em espanhol entre os mesmos anos, passou de 2'9% para 20'5%, o que significa a existência em 1974 de um maior número de monolíngües hispanófonos do que galegófonos<sup>75</sup>.

Repare-se em que estamos na data álgida do chamado desenvolvismo hispano, que como todas as suas etapas de alça ou declínio económico, tivo reflexo directo na dependente sociedade galega, tanto na modernização das suas estruturas -embora fosse em função de interesses e critérios exógenos- quanto na uniformização lingüístico-cultural que a acompanhou. Teremos ocasiões de ver a evolução concretizada a partir dessa data, mas o que gostaríamos de frisar agora é a implicação real do fenómeno, além das circunstâncias socioeconómicas e demográficas que o envolvêrom. Esta descida da percentagem de galegófalantes acompanhou ao longo do século XX a paralela queda percentual da população rural e agrária galega face à urbana e enquadrada nos sectores secundário e terciário. Já dixemos que no início do século a correlação entre população rural e urbana se situava em 90% face a 10% -90.1% face a 9.9%, exactamente, em 1900-. Daí até 1920, passamos a uns índices de 87'3% e 12'7% respectivamente, quer dizer, unicamente 3 pontos escassos de diferença em vinte anos. Entre essa data e 1950, a população rural passa a representar 78'6% e a urbana 21'4% -8'7 pontos de diferença em trinta anos-. Entre 1950 e 1970 -vinte anos- temos um aumento urbano e umha diminuição rural de 7'1 pontos. E a partir de 70 até 1991 -outros vinte e um anos- a diferença encurta-se em mais oito pontos, ficando nessa altura em 63% de população rural face a 36'5% urbana<sup>76</sup>. Numericamente, isto supom que a zona urbana quintuplicou a sua entidade até os inícios dos anos 90, enquanto a zona rural se manteve, perdendo finalmente valor no recenseamento de 1991. Também se comprova que o maior aumento da população urbana se dá segundo o século vai mais avançado, igual que a perda de população monolíngüe, ainda que a um ritmo nom tam marcado. Contudo, seria errado pensar que a perda de peso do mundo rural se deveu principalmente ao êxodo interno para as cidades. Tenha-se em conta de partida que, entre 1900 e 1990, a população galega só cresceu numhas 750.000 pessoas -37%- , enquanto a espanhola aumentou em 111%. A maior parte da população activa agrária que abandonou o campo durante o século XX fijo-o para emigrar, ante a já comentada incapacidade da sociedade galega para incorporá-la a umha descolagem industrial que só se deu de maneira tímida e focalizada. Assim, entre 1900 e 1970 o fluxo migratório expulsou da Galiza por cima das 800.000 pessoas. Nessa altura -1973-, o peso da indústria supunha na ocupação da Galiza 21'2%, face a 36'1% no conjunto do Estado espanhol e 52% na Catalunha. O sector serviços, também ligado à progressom urbana, significava nesse ano 26% do emprego galego, 38'8% do espanhol e 38'7% do catalám<sup>77</sup>. O tipo de industrialização responde a esse modelo de desenvolvimento dependente e portanto em função de critérios e interesses alheios: pasta de papel, alumínio, refino de petróleo, de umha parte, e produção de automóveis ou construção naval de outra. É o que X. LÓPEZ FACAL chamava naquela altura indústrias *desarticuladas para frente e para trás*, fazendo referência ao facto de nom incluírem as fases finais ou iniciais, respectivamente, do processo produtivo<sup>78</sup>. Essa característica reflecte a fraqueza industrial galega ao tempo que explica o seu abalar ante circunstâncias de mercado ou conveniência exterior a que sempre fica supeditada.

75.- Repare-se que ainda no ano lectivo correspondente a 1972-73, só estudavam 41% das raparigas e rapazes galegos com idades entre 14 e 17 anos (PORTAS, 1997, p. 135). Sendo algo posterior a universalização do ensino, entende-se melhor a progressiva desgaleguização da gente nova depois dessa data, sem que a introdução do galego como matéria tenha servido para frear o seu protagonismo como complemento de umha reestruturação global da nossa sociedade que, dos factores estruturais aos mais superestruturais, favorece essa tendência.galegos com idades entre 14 e 17 anos (PORTAS, 1997, p. 135). Sendo algo posterior a universalização do ensino, entende-se melhor a progressiva desgaleguização da gente nova depois dessa data, sem que a introdução do galego como matéria tenha servido para frear o seu protagonismo como complemento de umha reestruturação global da nossa sociedade que, dos factores estruturais aos mais superestruturais, favorece essa tendência.

76.- Dados tirados de X. M. BEIRAS e A. LÓPEZ (1999, p. 42).

77.- C. NOGUEIRA (1977, p. 32 e ss).

78.- X. LÓPEZ FACAL (1977, p. 18 e ss).

A diferença entre os ritmos de urbanização e espanholização, indo esta por diante de aquela, pode explicar-se pelo facto de o tipo de assentamento em si nom ser o realmente determinante na perda da língua, senom na medida que representa o sintoma de umhas tendências que fam perder entidade à economia tradicional agrária ao longo do século; economia tradicional agrária que sustinha, como dixemos, umha estrutura social e cultural ancorada no conservadorismo e o isolamento, favorecendo a permanência estável do esquema sociolingüístico a que já temos feito referência.

Se aprofundarmos um bocado na evolução da população activa agrária ao longo do século XX, veremos que é negativa em termos relativos no conjunto de Estados desenvolvidos, quer do centro capitalista (Bélgica, Holanda, Reino Unido, Dinamarca, França ou Estados Unidos), quer da sua periferia (Itália, Espanha, Portugal, Irlanda...), na qual se integra geográfica e economicamente a Galiza. Se nos primeiros se situa a inícios da década de noventa à roda de 5% da população activa total, e no Estado espanhol, periférico, representa em 1990 11'3%, na Galiza, embora o peso da população activa agrária descesse durante todo o século XX, ainda supom em 1991 umha percentagem de 23'8%<sup>79</sup>. Como se vê, apesar de no nosso país a economia agrária dar emprego a segmentos da sociedade percentualmente superiores à de outros países próximos, fica longe do tanto por cento de população assentada no hábitat rural galego, o que significa que umha parte desta população está vinculada a trabalhos enquadrados em sectores diferentes do primário. Em concreto, em 1991 a indústria e a construção seuponhem 31'3% e o sector serviços 45% da população activa galega<sup>80</sup>. Rompeu-se a maioria absoluta que a economia agrária atrasada supunha nos séculos XIX e anteriores, e a permanência de ainda boa parte da população galega no meio rural fica redefinida por umhas comunicações mais fluídas com "a modernidade", nom apenas através de estradas para assistir diariamente ao trabalho ou aceder aos serviços situados nas cada vez mais urbanizadas cabeceiras de comarca, senom também pola recepção massiva das ondas televisivas e radiofónicas, bem como pola universalização nos últimos decénios do *Ensino Geral Básico*. Todo o qual ajuda a perceber a actual situação da língua e a olhar com realismo as suas necessidades de futuro.

### 3.4.- A língua da Galiza no limiar do século XXI

Se retomarmos agora os factores recorrentes apreciados por BREZINGER, HEINE e SOMMER (citados in Carme JUNYENT, 1993), nos processos de extinção lingüística, veremos que as **mudanças no sistema económico**, o **número absoluto de falantes** e a **urbanização**, concorrem no caso galego com toda a nitidez, ajudando os casos estudados por esses autores a enxergar o futuro que nos espera como comunidade lingüística se nom pusermos remédio.

Ligado com isto, ainda nos nossos dias a população rural continua a ser maioria no nosso país<sup>81</sup>, igual que a população galega continua a ter como língua habitual a galega de forma maioritária - 29'9%- ou exclusiva -38'7%-. E nada indica na actualidade que ambos os fenómenos -urbanização e desgaleguização- vaiam deixar de avançarem de maos dadas, senom mais bem o contrário, pois se o conjunto da Galiza envelhece a olhos vistos, o meio rural fai-no muito mais marcadamente, e dentro da população urbana, maioritariamente desgaleguizada, as suas faixas etárias mais novas dam mostras de um abandono tam generalizado como alarmante do idioma do país, por mais que se nos diga que a perda de população monolíngüe em galego supujo um enriquecimento pola via do bilingüismo.

Para já, convém levarmos em conta que nom estamos a falar do mesmo quando comparamos o grupo histórico dos monolíngües em galego com o dos monolíngües em espanhol, como na

---

79.- Dados tirados de E. LÓPEZ IGLÉSÍAS (1995, pp. 375 a 403).

80.- Dados sobre sectores secundário e terciário tirados de X. M. BEIRAS e A. LÓPEZ (1999, p. 212). Nesse estudo, atribui-se à população activa agrária em 1991 umha percentagem de 23'7%.

81.- Ao contrário do que se passa na Espanha, onde a população urbana supom 65% do total.

actualidade resulta pouco rigoroso falarmos sem mais do aumento do grupo social caracterizado como *bilingües*. Os monolingües "históricos" em galego eram *monolingües primários*, quer dizer, tinham competência comunicativa só em galego, ligada à manutenção histórica da transmissão natural; mas em nenhum caso umha formação secundária no mesmo; entendendo por formação secundária nom apenas a escolar, mas a geral exposição ao idioma em usos pertencentes aos mais variados domínios formais, o que os teria convertido em *monolingües secundários* ou *cultivados*. Nom faziam parte, logo, de um espaço simbólico que, como núcleo ideativo e motor de recuperação da comunidade lingüística, nom existia senom nos grupos galeguistas progressivamente incorporados ao uso do galego em âmbitos de uso escrito e formal, o que começou a acontecer significativamente segundo o novo século ia andando e careceu dos canais apropriados para a sua reprodução. Sabemos que a lenta introdução do ensino e os meios de comunicação nom serviu para completar lingüisticamente esse numerosíssimo grupo de *monolingües primários* em galego, senom para aprofundar no *paradigma de extorsão*<sup>82</sup>. Polo contrário, o crescimento do grupo de monolingües em espanhol viu-se arroupado pola introdução do ensino e demais retículos comunicativos formais e secundários. O motor desse crescimento é constituído por umhas condições socioeconómicas que favorecem a substituição lingüística, polo que costumam acabar por serem *monolingües secundários* (falantes naturais com formação cultural na língua inicial), fim último da aplicação do citado paradigma. Portanto, estes sim constituíram um espaço simbólico que se tornou forte e atraiu para si os grupos nom completados em espanhol, o que foi acontecendo nas sucessivas gerações.

Dito por outras palavras, a situação de *colingüismo* ou convívio entre duas comunidades lingüísticas num mesmo território, -umha muito maioritária galegofalante ligada à subdesenvolvida Galiza tradicional, e outra muito minoritária espanholfalante vinculada com o progresso e a modernidade-, rompeu com a progressiva transformação das estruturas tradicionais da sociedade. O ensino -que começa a sua introdução a sério na década de sessenta-, os meios de comunicação escritos -que também aumentam a sua presença social nessa altura-, a rádio -o transistor estendera-se já na década de cinquenta-, televisom -generalizada sobretudo a partir dos anos sessenta-, mesmo a modernização das vias de comunicação, fôrom ferramentas que o desenvolvismo achegou e que ajudárom a "actualizar" lingüisticamente umha população ainda maioritariamente rural, mas em lento processo de proletarização e urbanização.

Destarte, o predomínio em cada vez maior medida de grupos bilingües deve ser precisado no senso de desvendar que tipo de bilingüismo abraçam esses substitutos do antigo *monolingüismo primário* em galego. Já que nom é igual que estejamos a falar de grupos de *bilingües primários* ou *secundários*, os quais se caracterizam polo domínio completo da própria língua e o conhecimento só *primário* do espanhol, ou um domínio *completo* do galego e apenas *secundário* do espanhol -respectivamente-, do que falarmos do grupo de *bilingües diglössicos* (também chamados, sintomaticamente, *substitutivos*). No tramo histórico que comentamos, trata-se do segundo caso, caracterizado pola introdução completa no espanhol (aprendizagem *natural* e *cultural*, ou viceversa) e um conhecimento e uso *primário* do galego, ao conservar as funções que garantiam a transmissão intergeracional da língua. Neste quadro é que podemos com toda a propriedade falar do contexto galego como "diglössico", no senso que lhe dérom os primeiros sociolingüistas galegos<sup>83</sup>. Um quadro que se manteve basicamente assim durante a maior parte do século XX, mas que julgamos que mudou no seu último quartel.

Durante a década de setenta, a crise europeia e mundial condicionou a redução do fluxo migratório anterior e mesmo a volta de emigrantes. A tendência iniciada nessa altura -a partir de 1973- fai-se sentir

---

82.- Mediante o qual o *monolingüe primário* (A/Ø) passa a ser *semibilingüe secundário* ou *diglössico* (A/B) primeiro, e *bilingüe diglössico* (A/AB) depois, para acabar tornando-se *monolingüe secundário* (Ø/AB) na língua que no começo nem falava. No transcurso do processo, as crianças deixam de nativizar-se só em galego, convertendo-se em *semibilingües primárias* (A/A), para a seguir incorporar-se ao grupo das *bilingües diglössicas* (A/AB)

83.- Aplicando à realidade galega o conceito previamente usado por sociolingüistas como R. NINYOLES ou J. FISHMAN que por seu turno o tomaram do seu primeiro utilizador, C. A. FERGUSON.

ainda nos recenseamentos mais recentes. Contudo, cumpre matizar que a interrupção do despovoamento galego nom afectou ao conjunto do território, senom que dous terços do total continuárom a perder habitantes. Inclusivamente se verifica umha oposição entre a Galiza oriental -que continuou a perder populaçom- e a ocidental, mais dinâmica e desenvolvida, cujo crescimento demográfico se situa em 13'21%, embora na década de noventa já o conjunto da Galiza volte a perder habitantes.

As áreas de crescimento som as situadas em torno do Golfo Ártabro e a sua extensom para Carvalho, e em torno das Rias Baixas e a sua extensom para o Baixo Minho, quer dizer, as que concentram umha mais significativa actividade industrial, ao lado das capitais provinciais interiores e de outras cabeças de comarca caracterizadas por aglutinarem serviços ou certas indústrias (As Pontes, Cervo, O Barco,...).

Porém, a maior parte dos concelhos galegos perdêrom habitantes ao longo da segunda metade do século XX, continuando na actualidade essa tendência. Áreas montanhesas como os Ancares, o Courel ou Queixa, vales como os do Minho ou do Sil, além das próprias áreas do interior das províncias ocidentais, nomeadamente os concelhos assentados na dorsal montanhosa da Galiza meridional exemplificam esse generalizado despovoamento<sup>84</sup>.

É neste quadro de despovoamento rural e urbanizaçom demográfica progressivos, acompanhando o fim do modelo socioeconómico tradicional em favor de um novo em que ganham peso os sectores secundário e terciário -de jeito claramente descompensado-, que se contextualizam os dados sociolingüísticos actuais.

Levando em conta as tendências demográficas e socioeconómicas brevemente recenseadas, estamos em condiçoms de pô-las em relaçom com os dados sociolingüísticos quantitativos para umha interpretaçom realista dos mesmos, como contributo para umha planificaçom lingüística que nom desenharemos nestas páginas, mas alguns de cujos princípios e orientaçoms sim poderám ser apontados.

O dado acima indicado de em 1974 registrar-se pola primeira vez na história da Galiza umha maioria de monolíngües hispanófonos face à populaçom monolíngüe galegófona -20'5% e 17'5%, respectivamente- simboliza o salto de qualidade que fai com que umha situaçom historicamente definida para o galego como de *língua maioritária minorizada*, passe a corresponder-se com o modelo de *língua minoritária minorizada*. Um salto qualitativo que a partir desses anos se irá tornando patente em sucessivos estudos de campo que recolhem a evoluçom intergeracional, e que acaba por certificar o maior e mais rigoroso estudo dos realizados até hoje na Galiza no campo da macro-sociolingüística quantitativa<sup>85</sup>: o *Mapa Sociolingüístico*

84.- Aplicando à realidade galega o conceito previamente usado por sociolingüistas como R. NINYOLES ou J. FISHMAN que por seu turno o tomaram do seu primeiro utilizador, C. A. FERGUSON.

85.- Por mais que admita reservas. Um exemplo prático de como as respostas dadas nom se correspondem claramente com a realidade temo-lo nas percentagens de monolíngües iniciais em galego que recolhe o *Mapa Sociolingüístico Galego*, que se situam para idades entre 16 e 20 anos em 34%. Talvez poda ser essa a percentagens de galego-dominantes iniciais. Lembre-se que este conceito foi proposto por C. ÁLVAREZ CÁCCAMO (1987): "*Dado que há umha alta percentagem dos falantes de galego que som também parcialmente competentes em espanhol (e utilizam esta língua com maior ou menor freqüência), prefiro utilizar o termo "galego-dominante" (quer dizer, bilingüe cuja língua principal é o galego) em vez de "galego-falante", que poderia ser interpretado como "monolíngüe"*.

Com efeito, resulta impensável hoje em dia um semelhante índice de pessoas novas que tenhem como única língua de aquisiçom primária o galego, ante a generalizada presença ambiental do espanhol já mesmo nos ámbitos de uso mais primários em que as crianças se socializam. Também na percentagem de "só galegofalantes habituais" devemos interpretar com cautela o resultado do trabalho citado -38'7 % para o total da Galiza-, na medida em que, quando descemos à realidade quotidiana dos usos detectáveis nas nossas ruas, poucos grupos sociologicamente representativos respondem a esse comportamento. De umha parte, estariam os falantes *monolíngües naturais*, sem competência em espanhol, grupo hoje muito minoritário e "em vias de extinçom". De outra parte, os grupos instalados na prática galegófona, com diverso grau de formaçom secundária e/ou primária em ambos idiomas, mas com umha consciência lingüística elevada que os fai manter-se no galego apesar das barreiras que a tal prática som colocadas quotidianamente numha sociedade em que prima o contrário a essa fidelidade. É claro que ambos os sectores nom supõem 38'7% da populaçom galega, polo que deveremos interpretar a resposta de usarem "*sempre*" o galego como "*sempre que corresponde*", de acordo com a permanência do esquema diglósico em faixas de idade elevadas e tipos de hábitat nom urbano principalmente.

Cumpriria, portanto, umha recolha abundante de mostras de fala espontânea nos diferentes domínios de uso por parte dos diversos grupos de falantes, sistematizando com maior rigor os grupos sociolingüísticos presentes na comunidade objecto de estudo, para a partir daí elaborar questionários que levem em conta os condicionantes que agem em cada contexto, para além da consciência do informante, evitando assim resultados questionáveis que, em geral, costumam favorecer o relaxamento das forças "curativas" do corpo sociolingüístico doente. Nesta linha manifestam-se autores como J. J. GUMPERZ (1982) e M. A. FERNÁNDEZ (1991).

*Galego*, finalizado em 1995, financiado pola Junta da Galiza e levado a cabo pola Real Academia Galega, o que, para além da metodologia exposta nos volumes que o compoñem, lhe tira qualquer suspeita de tendenciosidade apocalíptica própria de "exaltados nacionalistas".

Nom vamos entrar na análise pormenorizada do MSG, para o que remetemos à última edição da obra de Manuel PORTAS *Língua e sociedade na Galiza*<sup>86</sup>. Unicamente queremos comentar alguns dados significativos da tendência que apontamos, completados com outros provenientes de outros estudos complementares.

Se contrastarmos a evolução socioeconómica e demográfica das comarcas em crescimento com a diacronia sociolingüística correspondente, comprovamos que som hoje as mais desgaleguizadas. A evidência neste sentido representada polas capitais provinciais e restantes grandes cidades, manifesta-se em dados como a língua veicular no Concelho de Vigo<sup>87</sup>, que confronta 29'8% de galegofalantes maioritários ou exclusivos a 70'2% de espanhofalantes, dentro de umha tendência desgaleguizadora ao longo de todo o século XX que se reforça nos bairros mais urbanos do concelho e nas gerações mais novas<sup>88</sup>. Na mesma direcção avançam as percentagens de aquisição primária de galego e espanhol na população viguesa: 48'3% de espanhofalantes iniciais face a 18'4% de galegofalantes iniciais e 32'2% de bilingües iniciais que, como temos comentado, acabam por completarem-se secundariamente em espanhol no momento da socialização num ambiente consituído por domínios em que este é o idioma ambientalmente hegemónico. Abandonam assim o que fora identidade partilhada na etapa de aprendizagem primária.

O caso de Vigo nom é excepcional. O mesmo acontece na outra grande cidade galega, na Corunha<sup>89</sup>, onde o galego é língua habitual de 35'1% e o espanhol de 64.9% em termos absolutos. De novo, os factores hábitat e idade determinam um maior avanço da espanholização<sup>90</sup>, que se verifica também nas percentagens de falantes iniciais de umha e outra língua: 34'9% de galegofalantes primários, 54'4% de espanhofalantes primários e 10'3% de bilingües iniciais.

As outras cidades -Ponte-Vedra, Ferrol, Santiago, Lugo e Ourense- mostram diversos graus numha tendência muito similar<sup>91</sup>.

Nos estudos quantitativos sobre o uso do galego como língua habitual, tem-se posto em relação o idioma com outras variáveis sociais como o sexo, a classe social, o nível de estudos ou o grupo profissional dos entrevistados. Nom entramos nós a comentar esses factores por considerarmos-os menos determinantes do que hábitat e idade, na medida em que estas variáveis sempre pesam mais

---

86.- 1997, pp. 149 e ss.

87.- Veja-se o *Estudio sociolingüístico sobre a situación da lingua galega no Concello de Vigo*, publicado em 1998. Para a língua inicial, p. 15 e ss. Para a língua habitual, p. 36 e ss.

88.- Na "Zona Centro", 19'4% galegofonos habituais face a 80'7% hispanófonos. Na área catalogada como "Resto do Concelho", para além dos bairros do núcleo urbano, 29'8% e 70'2% respectivamente. Na faixa de idade entre 15 e 20 anos, 14'3% de galegofalantes habituais e 85'6% de espanhofalantes, que nos maiores de 65 se correspondem com 54'6% e 45'45% respectivamente. Evitamos a distinção entre os grupos "só galego" e "mais galego", ao nom a considerarmos totalmente fiável, mais que como indicativa do relativo grau de uso. Contudo, costuma ter mais presença o grupo que afirma falar "mais" do que "só".

89.- Neste caso, tomamos os dados de *Usos lingüísticos en Galicia, II Volume do Mapa Sociolingüístico Galego*, de 1995. P. 95.

90.- Nas áreas urbanas do Concelho, 34'9% de galegofalantes e 65'2% de espanhofalantes, enquanto nas áreas chamadas periurbanas as percentagens mudam para 57'2% e 42'8% respectivamente. No que toca ao factor idade, o contraste é radical: nos corunheses com idades entre 16 e 25 anos, o índice de galegofalantes habituais situa-se em 9'8% e o de espanhofalantes habituais num eloquente 90'3%%. Na geração dos maiores de 65 anos, as percentagens som ainda respectivamente de 63'6% e 36'4%.

91.- Convém citarmos o caso de Ferrol -e a sua comarca- por representar umha tendência extrema na direcção apontada. No seu hábitat urbano, 75% da população fala habitualmente só ou mais espanhol, face a 25% galegofono habitual. Se confrontarmos as percentagens de galegofalantes urbanos menores de 26 anos com as correspondentes a espanhofalantes desses grupos, deparamos com 4'8% contra 95%. Quanto à língua inicial, o galego foi-no a 82'4% dos casos nas áreas rurais, mas só no 25'3% das urbanas, reduzindo-se neste último espaço de novo a 4'8% nos menores de 26 anos face a 95% de espanhofalantes iniciais. Isto, e outras muitas cousas, é o que nos di o *Estudio sociolingüístico da comarca ferrolá*, com dados referidos a 1991, publicado em 1993.

do que aquelas, por mais que também mereçam ser avaliadas para um retrato exaustivo da situação da língua<sup>92</sup>.

Mas também outros concelhos como Carvalho, Redondela, Vila-Garcia, Narom, Fene, Pontedeume, Sada, Arteixo,... Funcionalmente dependentes de capitais ou cidades industrializadas, som dos que registam maiores índices de espanholfalantes habituais em dados absolutos, e percentagens correlativamente menores de galegofalantes, que podem chegar a 45% e reduzir-se a 50% respectivamente<sup>93</sup>. Isso sem entrarmos a distinguir grupos de idade ou tipo de hábitat, o que conviria para aclarar a diferença entre as gerações mais velhas e as mais novas, e entre os seus núcleos urbanos e as suas áreas rurais de cada um dos concelhos referidos. Os dados referidos ao conhecimento som altos<sup>94</sup>, o que se explica a partir primeiro do contacto que ainda existe entre a maioria do povo galego com a sua língua, que mantém espaços ambientais amplos, além da evidente proximidade lingüística com o dominante espanhol, que torna fácil perceber e até falar galego a partir desse idioma. De outra parte, haveria que relativizar esse grau de conhecimento pola degradação e hibridação que sofre o galego, o que fai com que se encurte a distância com o espanhol satelizando a nossa língua até o ponto de afirmarem-se competentes em galego pessoas que, sem o conhecimento profundo do falante inicial ou nativo, nom podem ter a sua competência<sup>95</sup>. Isso, para nom falarmos do plano escrito, onde a dependência permite que quase qualquer pessoa alfabetizada em espanhol se poda considerar competente em galego, porque "se escrevem de modo muito semelhante". De facto, manifesta-se um conhecimento escrito do galego maior nos falantes iniciais e habituais espanholfalantes, o que confirma que continuam as dificuldades para a formação de um espaço de falantes completos, pois os galegofalantes primários costumam nom ter conhecimentos do plano secundário e os que tenhem umha certa formação secundária nom se completam através da assunção do galego para as funções primárias que definem a identidade lingüística. O circuito de aprendizagem interrompe-se para uns e para outros evitando umha dinâmica de grupos favorável às necessidades do galego<sup>96</sup>.

Quanto à valorização positiva que a maioria das pessoas perguntadas fam da língua e da necessidade de normalizá-la, sendo um bom dado em si, nom indica mais do que a existência de umha maioria social que ocupa posições longe do espaço simbólico, do uso completo, mas que da periferia a respeito do mesmo nom mantém atitudes agressivas com umha hipotética normalização.

92.- Contudo, sim apontamos que como tendência geral na Galiza se dá um menor uso habitual do galego quanto maior for o nível de estudos e mais elevada a classe social a que se pertence. Quanto aos grupos profissionais, os docentes, estudantes, titulados superiores e médios e profissionais liberais som os mais espanholizados; e empresários, membros das forças armadas, pessoal administrativo, pessoal de serviços, autónomos, camponeses, operários, donas de casa e pessoas economicamente inactivas mantemem um maior uso do galego. É claro que, de cruzarmos estes grupos com as variáveis de hábitat urbano e idade baixa, o peso do espanhol ganha posições em todos eles. Daí que demos maior relevância a esses factores, cuja incidência determina cada umha das restantes variáveis mais do que acontece ao contrário. Assim, é mais provável a influência espanholizadora dos factores idade baixa e hábitat urbano num operário, do que a hipótese de ver-se galeguizado um jovem de hábitat urbano polo facto de pertencer a umha classe -a operária-, embora esta seja ainda em dados absolutos maioritariamente galegofalante. Isto deve-se a que o conjunto das classes da formação social galega se vê imbuído de umha tendência espácio-temporal (histórica) uniformizadora que parte da progressiva invasão funcional do espanhol numha sociedade que se tornou, pola evolução sócio-económica e demográfica que temos comentado, mais aberta e permeável às pautas de comportamento dominantes.

93.- Veja-se *Usos lingüísticos en Galicia, II Volume do Mapa Sociolingüístico Galego*, RAG, 1995. Apêndice 1, mapas.

94.- 97% di perceber o galego, 86% di saber falá-lo, 45% assegura que o lê e 27% que o escreve. Aliás, a gente nova afirma ter um maior conhecimento lecto-escrito da língua.

95.- O exemplo paradigmático destes falantes som aqueles profissionais dos meios de comunicação que sem dúvida responderiam afirmativamente sobre a sua capacidade de perceberem, falarem, lerem e escreverem em galego, quando na verdade o seu domínio do mesmo é muito reduzido e totalmente empapado de dicção, fraseologia, fonética e outros traços que delatam o seu ponto de partida. Repare-se na importância do grupo a que fazemos referência, que de existir umha planificação lingüística normalizadora deveria estar constituído por pessoas da máxima formação (galegofalantes completos), ao representar um ponto de referência social de primeira magnitude quanto ao que é o "bom galego".

96.- De resto, algo deve falhar quando outros inquéritos afirmam que, das pessoas que sabem ler em galego, 44% afirmam que preferem ler em castelhano, face a 12'4% que preferem o galego e 40'8 que nom tenhem preferência. CIS (1998, p. 11).



Polo contrário, afirma que a apoiaria. Mas, na verdade, nom compromete a sua vontade com um processo desse tipo, senom que manifesta no dia a dia umha total passividade que, é claro, poderia transformar-se em actividade de articular-se um espaço simbólico e aplicar-se umha planificação adequada. No entanto, sem a articulação desse espaço, a situação tem-se manifestado historicamente instável e a perda, a médio prazo, de referentes materiais como a própria língua, bem como o reforço da presença e assunção do espanhol como língua de identidade em amplos sectores da população galega, podem fazer com que num futuro em que já tenham morrido os "*avós que falavam galego*", este deixe de despertar neles essa apática simpatia, para afirmarem-se com todas as conseqüências na sua nova identidade lingüística. Nesse suposto, o galego poderia inclusive manter alguns espaços de uso em qualidade de língua de transmissão cultural, e até resultar prestigioso o seu conhecimento ou uso em determinados "ritos" profissionais ou culturais (algo disso já acontece em certos postos funcionariais dependentes da administração autonómica), mas sem a imprescindível transmissão natural que define as línguas vivas. Nom seria o primeiro caso na história, é claro, mas para nós significaria a perda da identidade galega tal e como até hoje está definida.

A identidade materializada na língua conserva-se na actualidade no vasto território galego em processo de envelhecimento e despovoamento mais marcados, como resto de umha Galiza tradicional que se resistisse a desaparecer, o que se observa na conservação de uns dados quantitativos mais favoráveis para o galego. Essa população, com a inserida nos espaços urbanos e periurbanos e ainda nom assimilada às coordenadas hegemónicas por quase estritamente razões cronológicas<sup>97</sup>, permite manter por enquanto umhas percentagens absolutas superiores de galegofalantes. Mas repare-se que falamos de um povo -o galego- que atingiu o seu máximo demográfico histórico em 1986 com 2.844.484 habitantes, a partir do qual se produz umha queda em termos absolutos que o situa em 1998 em 2.724.348 (-119.666). Um povo cuja população menor de vinte anos representava em 1975 871.640 pessoas e que em 1998 apenas 556.348 (-315.292, perda de 63'8%!), e cuja média de idade se situava em 1975 em 34'8 anos e em 1998 subira para 41 anos. É evidente que o saldo migratório favorável 3.272 pessoas nom compensa os factores anteriores, mas sim engrossa progressivamente a presença espanhola até 8'56% de residentes estrangeiros na Galiza no ano 1991<sup>98</sup>. Umha minoria significativa e afirmada na sua espanholidade como parece demonstrar esse 10'4% de cidadãos galegos que em 1999 afirmavam sentir-se só espanhóis<sup>99</sup>.

Ao ritmo actual, semelha evidente que num par de gerações o galego pode ser língua já *minoritária*, para além de continuar sendo língua *minorizada*, visto que o grau de incorporação às funções formalizadas nas últimas décadas nom é capaz, primeiro, de fazê-lo em detrimento da presença do espanhol nas mesmas, e segundo, condicionando a conservação do idioma do país nas funções reduzido de que está a ser aceleradamente afastado.

É imprescindível, se quigermos modificar a tendência imperante, abriremos os olhos a umha realidade gritante que indica a perda do galego por parte deste povo, nom já para domínios correspondentes a funções secundárias ou formais como vinha acontecendo desde havia vários séculos. Na actualidade, a comunidade lingüística galega está imersa num processo de perda do galego como língua de identidade, através da ruptura da transmissão natural entre gerações. Se numha primeira fase todos verificamos como pais e maes galegofalantes se preocupáram com garantir o "progresso" dos seus filhos e filhas integrando-os de cheio em grupos sociolingüísticos cada vez mais afastados do espaço simbólico galego e próximos do correspondente espanhol,

---

97.- Com efeito, Manuel GONZÁLEZ LORENZO (1985) mostra graficamente a importância do factor temporal na perda da identidade lingüística das pessoas deslocadas do campo para a cidade no caso de Ourense. Quanto mais recente for a vinda ao meio urbano, mais manutenção do galego se detecta na geração seguinte, e ao contrário, nas pessoas de imigração mais antiga, a espanholização dos seus filhos avança notoriamente no índice de aquisição primária da língua.

98.- Dados tirados do INE.

99.- Inquérito publicado por *La Voz de Galicia*.

doravante terá mais peso quantitativo o fenómeno de transmissão directa do espanhol -como língua de identidade dos pais- aos filhos, umha vez que nas gerações mais novas o espanhol se está a converter de facto na língua maioritária. Desde que a geração seguinte a assuma também como própria, a nova identidade lingüística do povo galego estará a um passo de ser umha outra bem diferente da que ainda hoje proclamamos, por mais que no ensino se adquira o galego como matéria ou ainda código pseudo-veicular ou se exija o seu conhecimento para determinadas provas académicas e laborais.

A evolução socioeconómica previsível nos próximos anos, bem como outros factores socializadores -crescente influência dos meios de comunicação de massas- favorecem umha generalizada motivação rumada para a aquisição do espanhol, e reforçam o sentimento de inutilidade social de um galego despedido de qualquer carácter motivacional para a sua aquisição e uso. Unicamente se verifica umha certa motivação para a aprendizagem secundária como ferramenta académica ou de baremo laboralmente rendível no âmbito da função pública. Ao mesmo tempo, o reforçamento do preconceito social referente à necessidade de afastá-lo do português, relacionado com um sentimento mais amplo de rechaço do povo vizinho, tora a possibilidade de confrontarmos a utilidade e rendibilidade internacionalmente reconhecidas ao galego-português através dos Estados que o têm como língua nacional com a precariedade vigorante no território que lhe deu a vida.

Muito pouca bagagem para umha enfraquecida comunidade cujo nível de consciência lingüística se situa na actualidade numha passiva simpatia pola língua própria, mas que se mostra incapaz de articular qualquer acção estratégica conducente a inverter umhas tendências de que nom som conscientes nem boa parte das suas elites intelectuais<sup>100</sup>.

#### 4.- Conclusom: a necessidade de umha nova dinâmica normalizadora

Segundo afirmamos quando aclarávamos o conceito de normalização lingüística, citando o irlandês D. FENNEL, para que umha comunidade lingüística recupere a sua língua, minorizada e ameaçada como a nossa, devem cumprir-se algumas condições como que adquira a vontade de salvar-se, e nom se lhe impida tomar as medidas apropriadas para fazê-lo. A partir daí, cumpre-lhe atingir o seu compactamento e posta em prática de umha planificação em que o governo deverá jogar o seu papel, mas nom suplantar a iniciativa e vontade de umha colectividade que decidiu já que quer existir como grupo humano diferenciado, contribuindo assim para o enriquecimento geral das sociedades humanas.

Nom existem receitas milagrosas que garantam a salvação de umha comunidade lingüística, como também nom pode dizer-se em nengum momento que umha comunidade lingüística esteja condenada a desaparecer. Existem exemplos históricos de povos que perdem a língua apesar de contarem com umhas condições objectivas óptimas para a sua recuperação, enquanto o caso do hebreu -ressuscitado dos textos religiosos- confirma que de se darem as condições subjectivas

---

100.- Dá-se, neste senso, o facto curioso de que, contra os dados que comentamos, a maioria da população galega julga que cada vez se fala mais galego. Em concreto, e à pergunta de "*¿Cree Ud. que en los últimos diez años, la gente que le rodea habla el gallego con más, igual ou menos frecuencia que antes?*", 61'4% responde que mais, 25% que igual e 6'8% que menos. À pergunta "*¿Y dentro de 10 años, cree Ud. que la gente hablará el gallego con más, igual o menos frecuencia que ahora?*", 48'3% responde que mais, 25'3% que igual, e 8'4% que menos (CIS, 1998). Pom-se de manifesto o funcionamento da ideologia dominante conforme à interpretação marxista da mesma como "falsa consciência necessária", nom já no grosso do nosso povo, quanto nos sectores teoricamente avançados e lingüísticamente conscientes do mesmo. Contudo, cumpre matizar que o nível de alienação evidenciado desceu nos últimos anos, e se compararmos essas respostas com as que se davam em 1993 num inquérito do mesmo organismo (*Centro de Investigaciones Sociológicas*), verificaremos que, naquela altura, a pergunta sobre se o galego se falaria mais, igual ou menos dali a dez anos, recebia as seguintes percentagens: 63% dizia que mais, 17% que igual, e 5% que menos. Será que começamos a intuir que algo vai mal?

adequadas, podem salvar-se os contextos mais adversos no caminho da normalização da língua que um povo faz sua.

É claro que o primeiro passo para mudarmos a situação adversa em que o povo galego está imerso deve partir da tomada de consciência dessa situação. Daí a insistência com que repetimos que cumpre actualizar o diagnóstico sobre a saúde do galego. É fundamental que os sectores conscientizados do pulso real da língua se articulem, conformem esse espaço simbólico que dinamize o processo de recuperação, e o façam sem pôr mais impedimentos dos que tal empresa já tem pela presença conflituosa do espanhol como língua hegemónica.

Cumprido, portanto, adoptarmos critérios gerais motivadores para um cada vez maior número de galegos e galegas. Um desses critérios é sem dúvida o reintegracionismo. Quase duas décadas de política e de normativa oficiais têm dado mostras da sua incapacidade para mobilizar vontades a favor do idioma. Foi geral -e, em nossa opinião, errada- a tendência a arrumar o chamado "conflito normativo", cedendo à imposição do isolacionismo em nome de avançarmos unidos e deixarmos debates "secundários" para quando o galego estivesse "normalizado". Dessa mentalidade parte a separação conceptual entre "normalizar" e "normativizar" assumida pelo nacionalismo, e que com a passagem dos anos se tem demonstrado falaz. Aliás, evidenciou-se a autêntica ordem de prioridades do poder: pujo na imposição do padrão espanholizador todo o empenhamento que negou não só ao avanço na normalização do status, senão mesmo ao cumprimento da lei aprovada pelas próprias instâncias oficiais.

A norma e filosofia oficiais têm servido de pontais na hibridação formal entre galego e espanhol, não já como línguas, quanto como universos culturais autónomos. Esta crescente confusão entre ambos os sistemas -sempre em favor do que de partida era mais forte- funciona como elemento desmotivador na reafirmação da identidade galega, e portanto na promoção de um discurso da responsabilidade social quanto à necessária normalização lingüística<sup>101</sup>.

Tudo isto, sem levar em conta o antidemocrático do processo de marginalização e repressão até, dos sectores que contra vento e maré mantiveram alta a bandeira do reintegracionismo, algo imprescindível para hoje podermos falar de reorientação da política lingüística e cultural na Galiza.

De outra parte, e não menos importante, devemos deixar de interiorizar certo discurso maioritariamente estendido que faz recair toda a responsabilidade das deficiências em matéria de política lingüística sobre o poder, concretizado na legislação ou no governo. Porque a assunção desse discurso mantém-nos de algum jeito alheios a essa política, o que por consequência provoca, como máximo, a *apática simpatía* a que já nos temos referido linhas atrás. Devemos estender um novo discurso da responsabilidade, que faça assumir ao povo o protagonismo da luta pela língua, e situe o papel do Estado, governo, ou legislação de turno no seu lugar, fundamental e complementar do labor dos grupos sociais articulados, mas não substituto deles.

Esta nova mentalidade social começa a sementar-se a partir da prática social. Cumpre darmos passos na compactação do enfraquecido e disperso espaço simbólico galego e na sua activação, recuperando a tensão normalizadora existente anos atrás e superando-a em qualidade e quantidade. Não podemos continuar a dar passos de cego, senão trabalhar coordenadamente para atingir primeiro espaços comuns de trabalho normalizador e depois ou simultaneamente avanços concretos que sirvam para reforçar a motivação social.

---

101.- Em palavras de Elvira SOUTO (1999), professora de Didáctica da Língua e a Literatura, "*Esta normativa, que tantas vezes se defende em termos pedagógicos como a melhor possível alegando-se que a sua quase-identidade com a do espanhol evita problemas aos escolares (mais problemas se evitariam ensinando uma única língua), na realidade -na realidade da experiência prática- leva anos impedindo esses escolares de adquirirem, em galego, a plena competência lingüística e comunicativa. Por que? Porque a clareza é um dos alicerces mais firmes em que assenta todo o aprendizado lingüístico que não se limite a simples memorização de algumas regras ortográficas e gramaticais. E num ensino multilíngüe a clareza só resulta possível de se manterem bem separados os diferentes códigos e se evitarem, na medida do possível, as interferências (mais exactamente, no nosso caso, as transferências do espanhol para o galego)*".

A legislação, o governo, o Estado,... virám ao rego como conseqüência dessa açom social que situe os objectivos lingüísticos por cima das disputas partidárias, obrigando as forças políticas, económicas e sociais a situar-se a respeito do repto normalizador.

Vendo a realidade actual quanto a coesom e açom social em favor do galego, achamos um deserto onde cada quem clama polo seu lado, enquanto a maioria social fica alheia à política propagandística do poder e às queixas testemunhais de agrupaçoms incapazes de aglutinar um corpo social significativo, porventura devido a nem ser essa a intençom dos seus promotores. O fraco movimento normalizador, como outros movimentos sociais, está supeditado a directrizes partidárias, jogando a fazer "oposiçom institucional"<sup>102</sup>, mais do que a preocupar-se por dar passos no caminho da galeguizaçom objectiva e efectiva. A sua açom limita-se amiúde ao aproveitamento do fax e dos espaçoms informativos que cedem os meios com vistas a ocupar essa quota correspondente aos "galeguistas".

A alternativa passa por, umha vez que se compreende que o protagonismo deve corresponder à sociedade civil, desenvolver medidas necessárias de ordem interna e externa aos próprios organismos normalizadores, entre as que podemos citar:

- A unidade de açom dos sectores sociais favoráveis à normalizaçom, hoje dispersos por disputas alheias ao objectivo normalizador (pugna entre partidos, p. ex.) ou perfeitamente assumíveis desde um critério aberto e integrador (diversas propostas padronizadoras). Em todos os casos devem ser muitos mais os pontos de encontro, umha vez desterrado o sectarismo imperante na actualidade.

- A posta em funcionamento de espaçoms físicos onde os galegofalantes das nossas cidades se encontrem, se reforcem e promovam actividades conjuntas que situem o idioma no centro das mesmas. Existe algumha experiênciã recente no nosso país neste senso, como a *Fundaçom Artábria* de Ferrol, além das desenvolvidas com sucesso em países como a Catalunha (*Via Fora*, em Barcelona, p. ex.) ou Euskal Herria (*Kafé Antzokia* em Bilbo, entre outras).

- A organizaçom sectorial de pessoas atingidas por umha problemática lingüística, como poda ser o âmbito do ensino. As iniciativas neste campo podem ir da desobediênciã civil ante a gritante discriminaçom de crianças galegofalantes pola inexistênciã na maioria das cidades de escolas em que o galego seja língua veicular, à aposta pola criaçom de umha rede alternativa de centros sustentados polos próprios pais onde se garanta que o ensino deixa de ser mecanismo espanholizador, do tipo dos promovidos por outras comunidades lingüísticas como a bretoa (escolas *Diwan*), a basca (*Ikastolas*) ou a catalã (escolas *Bressola*, na Catalunha Norte), por citar algumhas cujos resultados som palpáveis.

- O desenho e execuçom de umha planificaçom que leve à progressiva implantaçom de meios de comunicaçom em galego, iniciativa sempre adiada apesar de todo o corpo social pró-galego concordar na sua necessidade. Paralelamente, é fundamental conseguir que as ondas portuguesas -e brasileiras-, através dos satélites- cheguem ao nosso país. Isso ajudará a romper preconceitos e incomunicaçoms seculares, e agirá como reforço, primeiro, da autoestima lingüística, e segundo, na reorientaçom e construçom de um sistema cultural galego que olhe para o seu âmbito próprio.

- Como pano de fundo, desvinculaçom da movimentaçom lingüística a respeito das organizaçoms políticas e assunçom por estas da necessidade de que se ponham ao serviço de aquelas, para evitar que aconteça como hoje, o contrário.

- O papel das instituiçoms -Cámaras Municipais, Junta da Galiza, Deputaçoms, etc., deve responder a umha procura social perfeitamente verificável e articulada em organizaçoms próprias (Entidades normalizadoras, Associaçoms de Maes e Pais de Alunos, Comitês de

---

102.- Nos últimos meses, mesmo tivemos ocasiom de ver actuar governos municipais nacionalistas em cidades importantes, o que nom varia, senom mais bem confirma, a nossa suspeita de nom jogar-se o futuro do idioma na consecuçom de maiorias eleitorais por parte do nacionalismo institucionalizado.

Empresa, Associações vizinhas, Sindicatos,...) que exijam o desenvolvimento de planos normalizadores concretos para cada âmbito afectado.

Estas e outras iniciativas que todos e todas podemos ter em mente e tantas vezes temos comentado com a frustração de nunca levá-las à prática, podem ter não só o valor objectivo que implicam para a língua, senão também provocar a motivação subjectiva da desmobilizada ou inconsciente base social hoje desactivada. Por isso, de partida, não se precisa de adesões maciças, senão mais bem de grupos qualitativamente capacitados, pelo seu compromisso e clareza de ideias, para puxar inicialmente de um processo que sem dúvida terá efeitos multiplicativos desde que se vejam os seus primeiros frutos. E por isso, também, será importante basear uma nova dinâmica em projectos construtivos de oposição aos hoje dominantes protagonizados pelo espanhol, alternativos e capazes de ganhar a cumplicidade primeiro e a adesão depois, de amplas camadas sociais. Paralela e espontaneamente, esta dinâmica precisa de organismos populares mais centrados na "reivindicação" ou demanda de eliminação de entraves para essas e outras iniciativas, dando lugar a uma nova e rica dialéctica social em que o galego ocupe o centro da espiral de progresso.

Provavelmente estas linhas finais podem ser acusadas de utópicas, porquanto efectivamente não têm lugar nesta terra e neste tempo. Porém, ante a realidade esmagadora que vivemos no que diz respeito à crise das identidades nacionais não homologadas pelo sistema mundial, achamos mais utópico confiar em que um processo eleitoral, uma legislação ou um governo, por si só, vão resolver a crise que o nosso povo atravessa, pois acreditamos que sem a implicação directa do mesmo na sua afirmação nacional, esta não lhe virá dada por graça divina de qualquer signo.

A normalização, como plasmação prática da independência do nosso povo no plano lingüístico, não pode converter-se em totem ou abstracção idealista, sem concreção no presente. Igual que a autodeterminação colectiva, a construção da nação e outros objectivos estratégicos como a justiça social, os direitos das mulheres, a liberdade ou o socialismo, só podem efectivar-se a partir da transformação radical da base social que aspira a conquistá-los. O reencontro em plenitude entre a língua galega e o povo que a criou unicamente poderá vir da sua vontade expressa enfrentada com a injusta realidade actual que o nega, com vistas à sua superação.

## 5.- Bibliografía de referència

ÁLVAREZ CÁCCAMO, C., "Fala, bilingüismo e poder social". In *Agália* nº 10, p. 135. 1987.

\_\_\_\_\_, "Rethinking conversational code-switching: codes, speech varieties, and contextualization". In *Proceedings of the Sixteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society, February 16-19, 1990. General Session and Parasession on The Legacy of Grice*. Berkeley Linguistics Society, pp. 3-16. Berkeley, 1990

ÁLVAREZ ENPARANTZA, J. L. "Limitações das medidas puramente jurídicas nos processos de normalização lingüística". In *Agália* nº 43, Outono de 1995, pp. 261 a 268.

AREJOLALEIBA, J., "Dinámica popular de normalización lingüística: la experiencia de "Arrasate Euskaldun Dezagun", in *Actas do III Congreso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*. AGAL, Vigo-Ourense, 1990.

BARREIRO, X. R., *Historia de Galicia*, Ed. Galaxia, Vigo, 1981.

BEIRAS, X. M., *O atraso económico da Galiza*. Ed. Laiovento, Santiago de Compostela, 1995.

\_\_\_\_\_, e LÓPEZ, A., *A poboación galega no século XX*. Ed. Laiovento, Santiago de Compostela, 1999.

BLOOMFIELD, *Language*. Henry Holt, Nova Iorque, 1933.

BOLINGER, D., *Aspects of Languages*. Harcourt Brace Jovanovich, Nova Iorque, 1975.

BOURDIEU, P., "Le champ littéraire", *Actes de la Recherche dans Sciences Sociales*, nº 89, 1991.

CARAMÉS MARTÍNEZ, X., *A imaxe de Galicia e os galegos na literatura castelá*. Ed. Galaxia, Vigo, 1993.

CARVALHO CALERO, R., "Sobre a nosa lingua", *Grial*, nº 64, Abril-Junho de 1979, p. 144.

\_\_\_\_\_, *Umha voz na Galiza*. Ed. Sotelo Blanco, Santiago, 1990.

- CALVET, L. J., *Linguistique et colonialisme: petit traité de glottophagie*. Ed. Payot, Pariss, 1974.
- \_\_\_\_\_, *(Socio)lingüística*. Ed. Laiovento, Santiago, 1998. Primeira edición em francés de 1993.
- Centro de Investigaciones Sociológicas, *Uso de lenguas en comunidades bilingües: Galicia. Estudio nº 2.295*. CIS, Madrid, 1998.
- CASTRO, M., "Detecção e análise da coloquialidade, expressividade e linguagem enfática proveniente do espanhol", *Agália*, nº 58, Verão de 1999, pp. 187 a 203.
- COMMINS & FAGIN, *Principles of Educational Psychology*. Ronald, Nova Iorque, 1954.
- DE GABRIEL, N., "Escolarização e prática lingüística na Galiza rural do século XIX", *Agália* 1988, p. 44.
- DE TORO, S., *Camilo Nogueira e outras voces*. Ed. Xerais, Vigo, 1991.
- DURANTI, A. *Antropología lingüística*. Ed. Cambridge University Press. Madrid, 2000.
- ENGELS, F., *A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*. Ed. Avante, Lisboa.
- Encuesta sociolingüística de Euskal Herria*. Editado polo Governo Basco, o Governo de Navarra e o Instituto Cultural Basco em 1996.
- EVEN-ZOHAR, I., "Polysystem Theory", in *Poetics Today I*, 1-2, pp. 287 a 310, 1972.
- FENNELL, D., "Can a shrinking linguistic minority be saved? Lessons from the Irish experience". In *Minority Languages Today*. Edinburgh University Press, 1981.
- FERGUSON, C. A., "Diglossia". In P.P. GIGLIOLI, 1972: *Language and Social Context: Select Readings*. Penguin books, Harmondsworth, Inglaterra, 1959.
- FERNÁN VELLO, M. A. e F. PILLADO MAIOR, *A nación incesante. Conversas con X. M. Beiras*. Ed. Sotelo Blanco, Compostela, 1989. Co-reeditada em 2000 polas editoras Laiovento e Espiral Maior.
- FERNÁNDEZ, M. A., "Mantenimiento y cambio de lengua en Galicia: el ritmo de la desgalleguización en los últimos cincuenta años". In *Verba* nº 10, pp. 79-129. Santiago, 1983.
- \_\_\_\_\_, "Coordenadas sociais e dinámica do bilingüismo galego". In *Grial* nº 110, p. 256 e ss., 1991.
- FISHMAN, J., *Sociología del lenguaje*. Ed. Cátedra, Madrid, 1982.
- FREIXEIRO MATO, X. R., *Língua galega, normalidade e conflito*. Ed. Laiovento, Santiago de Compostela, 1997.
- GARCIA NEGRO, M<sup>a</sup> P., "Mulleres e idioma galego: analoxia de duas subordinacións". In *Direitos lingüísticos e control político*. Ed. Laiovento, Santiago de Compostela, 1999.
- \_\_\_\_\_, *Sempre en galego*. Ed. Laiovento, Santiago de Compostela, 1993.
- \_\_\_\_\_ e X. COSTA CASAS, *O ensino da língua: por un cámbio de rumbo*. Ed. AS-PG, Corunha, 1995.
- GONÇÁLEZ BLASCO, Luís, "Um relatório desafortunado". In revista *Agália* nº 54, 1998, pp. 238 a 244. Resposta a "Por unha política lingüística independentista", tese aprovada polo Congreso da Frente Popular Galega em 1998.
- GONZÁLEZ LORENZO, M., *Bilingüismo en Galicia*, ed. USC, Santiago de Compostela, 1985.
- GRIMES, B. F., *Etnologue. Languages of the World*. Internet, 1996-99.
- GUMPERZ J. J., *Types of Linguistic Communities*. Anthropological Linguistics, 1962.
- \_\_\_\_\_, *Discourse Strategies*. Cambridge University Press, 1982.
- HERRERO VALEIRO, M., *Linhas discursivas e ámbitos de análise no discurso sobre a língua na Galiza*. Cadernos de Estudos Luso-Galaicos R. Carvalho Calero - M. Rodrigues Lapa. Série Investigação, vol. II: Da lingüística social na Galiza. Corunha, 1994.
- HOCKETT, C. F., *A Cours in Modern Linguistics*. Macmillan, Nova Iorque, 1958.
- HUDSON, R. A., *Sociolinguistics*. Cambridge University Press, Cambridge, 1980.
- JUNYENT, C., *Las lenguas del mundo. Una introducción*. Ediciones Octaedro. 1993.
- LABOV, W., *Sociolinguistic Patterns*. Univ. Of Pennsylvania Press. Filadelfia, 1972.
- LENINE, V. I., *O Estado e a revolução*, compilada em *Obras Escolhidas*, Ed. Avante, Lisboa, 1980.
- LETAMENDIA, F., *Juego de espejos. Conflictos nacionales centro-periferia*. Ed. Trotta, Madrid, 1997.
- LE PAGE, R. B., "Problems of description in multilingual communities". In *Transactions of the Philological Society*, 1968.
- LÓPEZ CARREIRA, A., *O Reino de Galiza*. Ed. A Nosa Terra, Vigo, 1998.
- LÓPEZ FACAL, X., *Desarticulación y dependencia industrial de Galicia*. Ed. Sodiga, Santiago de Compostela, 1977.
- LÓPEZ IGLÉSIAS, E., "A dinámica de emprego agrário em Galiza ao longo do século XX; análise das suas

- tendências numha perspectiva comparada". In *Estudos en homenaxe ao Profesor X. M. Beiras Torrado*. Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais. USC. Santiago de Compostela, 1995.
- LÓPEZ-SUEVOS, R., *O outro desenvolvemento*. Ed. Novo Século, Corunha, 1990.
- LYONS, J., *New Horizons in Linguistics*. Penguin Books, Harmondsworth, Inglaterra, 1970.
- MORÁM, H., "O bilingüismo na perspectiva psico(sócio)lingüística". In *Agália* nº 21, 1990.
- MORENO CABRERA, J. C., *Lenguas del mundo*. Ed. Visor, Madrid, 1990.
- NINYOLES, Rafael L., *Estructura Social e Política Lingüística*. Ed. Ir Indo, Vigo, 1991 (primeira edición de 1975, em espanhol).
- NOGUEIRA, C., *Población y desarrollo económico en Galicia*. Ed. Sodiga, Santiago de Compostela, 1977.
- PITARCH, Vicent, "Per una tipologia de la minorització lingüística". In *Actas do III Congreso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*. Agal, Ourense, 1992.
- PORTAS, M., *Língua e sociedade na Galiza*, Bahía ed., Corunha, 1997.
- PRECEDO LEDO, A., *Informe demográfico galego*. Ed. Fundación Caixa Galicia, 1999.
- ROBINS, R. H. & UHLENBECK, E. M. (eds.): *Endangered Languages*, Oxford/New York, 1991.
- RODRÍGUEZ, F., *Conflicto lingüístico e ideoloxía na Galiza*. Ed. Laiovento, Santiago de Compostela, 3ª ed., 1991.
- \_\_\_\_\_, "A conciencia lingüística no século XIX en relación coa dos nosos días". In *Actas do II Congreso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza*. AGAL, Compostela, 1989, pp. 663 a 670.
- \_\_\_\_\_, *Análise sociolóxica da obra de Rosalía de Castro*. Ed. AS-PG, Vigo, 1988.
- SÁNCHEZ CARRIÓN, J. Mª., "El marco sociolóxico y espacial de una situación bilingüe", in *La problemática del bilingüismo en el Estado español*, Instituto de Ciencias de la Educación e Universidad del País Vasco, Zarauz, 1979.
- \_\_\_\_\_, *Un futuro para nuestro pasado. Claves para la recuperación del Euskara y teoría social de las lenguas*. Ed. do autor, Donostia, 1987.
- \_\_\_\_\_, *Márgenes de encuentro. Bilbao y el Euskara. Aplicación sociolingüística de la territorialidad*. Ed. Cámara Municipal de Bilbao, 1999.
- SOUTO, E., *Sócio-didáctica lingüística*. Ed. Laiovento, Santiago de Compostela, 1994.
- \_\_\_\_\_, "Aprender da historia". *La Voz de Galicia*, Outubro de 1999.
- SUÁREZ, J. A., *The Mesoamerican Indian Languages*. Cambridge University Press, 1983.
- TATO FONTAINHA, L., *História do teatro galego*. Ed. A Nosa Terra, Vigo, 1999.
- TITONE, R., *Le Bilinguisme précoce*. Dessart Editeur. Bruxelles, 1972.
- TORRES FEIJÓ, E., "Cultura portuguesa e legitimación do sistema galeguista: historiadores e filólogos (1880-1891)". Incluído no nº 36 da revista portuguesa *História*, 1999.
- VVAA, *Usos lingüísticos en Galicia*, II Volume do Mapa Sociolingüístico Galego, RAG, 1995.
- VVAA, *Estudio sociolingüístico sobre a situación da lingua galega no Concello de Vigo*, Universidade de Vigo e Concelho de Vigo, 1998.
- WALLERSTEIN, I., *O capitalismo histórico seguido de A civilización capitalista*. Ed. Estratégias criativas, Lisboa, 1999.
- WARDHAUGH, R., *Introducción á Sociolingüística*. Universidade de Santiago de Compostela, 1992.



## **Títulos publicados**

### **BIBLIOTECA GALEGA DE MARXISMO-LENINISMO**

*Manifesto Comunista. Karl Marx e Friederich Engels*

#### **Colecção INTERNACIONAL**

*A nova desorde internacional. Carlos Taibo*

#### **Colecção DOCUMENTOS E TEXTOS POLÍTICOS**

*Abrindo horizontes de revolta na Galiza.  
Resoluções do I Congresso de Primeira Linha (MLN)*

*Pola Unidade da Esquerda Independentista.  
Resoluções do II Congresso de Primeira Linha (MLN)*

*Esplendor, crise e reconstrução da alternativa  
comunista. Justo de la Cueva*

#### **Colecção CONSTRUIRMOS GALIZA**

*Para umha Galiza independente.  
Ensaio, testemunhos, cronologia e documentação histórica  
do independentismo galego.*

VVAA. Coordenador: Domingos Antom Garcia

*Galiza e a diversidade lingüística no mundo.  
Subsídios para um diagnóstico actualizado da situação  
sociolingüística galega. Maurício Castro*



A. BRENZE EDITORA

COLEÇÃO CONSTRUIRMOS GALIZA

4